

RELATÓRIO

ANUAL 2016

DE INFORMAÇÕES



Índice

Introdução 3

Capítulo 1 • Mensagem da Diretoria 4

Capítulo 2 • Acontecimentos em Destaque 5

Capítulo 3 • Gestão Previdenciária 8

Capítulo 4 • Gestão de Investimentos 12

Capítulo 5 • Demonstrações Contábeis 20

Capítulo 6 • Pareceres 26

Plano BD Eletrobrás | 28

Plano CD Eletrobrás | 39

Plano CV ONS | 45

Plano CV EPE | 50

Plano CD CERON | 55

Capítulo 7 • Despesas 59

Capítulo 8 • Eletros-Saúde 60

Capítulo 9 • Administração 70

Capítulo 10 • Contatos 75



Você constrói o hoje pensando no amanhã

Seja bem-vindo (a) ao Relatório Anual de 2016. Construimos capítulo a capítulo, um documento completo e recheado de informações referentes à Fundação.

Cada página foi cuidadosamente pensada e desenvolvida sob o conceito de unidades isoladas que, quando reunidas, formam o todo. Para simbolizar essa mensagem, nada mais pertinente do que peças de encaixe.

E assim como no Lego, a ELETROS entende a vida. De pouco em pouco, com ajuda e muito planejamento é possível alcançar objetivos e superar desafios. Seja um plano de aposentadoria, um empréstimo para uma pós-graduação ou a compra de um carro.

Somos um parceiro e a realidade do seu presente, e estamos aqui para o que precisar. Ajudá-lo a selecionar as suas peças para construir um futuro seguro e tranquilo é nossa principal missão e desafio.

Conte conosco e boa leitura!



1

Mensagem da Diretoria



Em 2016, a economia brasileira viveu mais um ano de recessão. Junto com a crise política, o cenário nacional sofreu impactos com a diminuição da arrecadação, o aumento da previsão de déficit fiscal, crise nas contas dos estados, o aumento dos juros para financiamento e a queda na confiança dos investidores no país.

O Produto Interno Bruto (PIB) acumulou queda de 4% em relação ao mesmo período de 2015 e a inflação ficou muito acima do teto da meta, chegando a 10,71% (IPCA), superior aos 10,67% registrados no ano anterior.

Apesar desse cenário econômico agitado, a ELETROS obteve excelentes resultados: fechando 2016 com um patrimônio de R\$ 4.283.702, valor significativo para o período, que demonstrou uma evolução patrimonial de 17,51% em relação ao ano anterior.

Os desafios foram grandes, mas apesar dos obstáculos, a ELETROS trabalhou para captar novos participantes, aumentar a produtividade, identificar novas oportunidades de investimentos, aprimorar a comunicação com os participantes e otimizar cada vez mais os processos internos.

Dentre os projetos realizados no último ano destacamos a implantação do Sistema de Gestão Integrado da folha de pagamento de benefícios, além do lançamento dos novos canais digitais da ELETROS – site institucional, portal do participante, aplicativo móvel e simuladores –, desenvolvidos para otimizar o fluxo de comunicação, acelerar o tempo de resposta da área de Relacionamento com Participante e integrar os diversos processos previdenciários da Instituição.

Outro acontecimento importante foi a aprovação do Plano CV ONS pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Com características mais atraentes, o novo regulamento foi apresentado de forma detalhada por meio do Espaço ELETROS (Programa de Relacionamento com Participante) para todos os participantes da patrocinadora.

As mudanças e esforços aqui relatados, bem como os resultados alcançados em 2016, são fruto da capacidade e dedicação dos colaboradores, das decisões dos dirigentes e da confiança de cada um de vocês – participantes e assistidos – que acreditam em nosso trabalho e que há 46 anos nos ajudam a construir a história da ELETROS.

Em 2017, continuaremos a perseguir o processo de melhoria na Fundação.

Muito obrigado!

DIRETORIA EXECUTIVA

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Marcio Peres Silvano
Diretor de Benefícios Previdenciários

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

2

Acontecimentos em Destaque



Este capítulo apresenta de forma objetiva e transparente um resumo dos fatos mais marcantes relativos à ELETROS no ano de 2016 e no início de 2017. Além de informações relevantes sobre os planos de benefícios e os novos projetos da Fundação.

DIRETORIA REALIZA APRESENTAÇÃO DO PLANO CD ELETROBRÁS NA AEEL

Em fevereiro de 2016, a Diretoria Executiva da ELETROS (DEE) realizou, na Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL, a apresentação sobre a metodologia de cálculo do benefício dos assistidos do Plano CD Eletrobrás.

Na ocasião, o Presidente Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho comentou, para mais de 40 pessoas, sobre o momento difícil da economia brasileira e o consequente impacto sobre toda a indústria de Fundos de Pensão no Brasil.

Durante o evento o dirigente ressaltou, ainda, que a Fundação mantém em sua carteira de investimentos ativos de excelente qualidade sem nunca, ao longo de toda sua história, ter sido alvo de qualquer autuação, ainda que administrativamente, pelos órgãos de fiscalização das Entidades de Fechadas de Previdência Privada.

Vale lembrar que todas as decisões de investimento são discutidas amplamente em diversos comitês internos, além de necessitar da aprovação da Diretoria (por decisão unânime) e em alguns casos, devido aos valores envolvidos, da aprovação do Conselho Deliberativo da ELETROS.

ESPAÇO ELETROS

Projeto criado para fortalecer a presença da Fundação nas patrocinadoras e facilitar o fluxo de informação entre as partes visa contribuir para o crescimento profissional e pessoal dos participantes, oferecendo segurança, equilíbrio financeiro e qualidade de vida.

O piloto do Espaço ELETROS foi realizado no ONS,

que além da realização de atendimentos prestados sobre perfis de investimento, contribuição adicional, alteração cadastral, processo de alteração regulamentar, entre outros, promoveu ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária (CULTIVAR) e da área de saúde.

Para 2017, planeja-se expandir o Projeto para duas novas patrocinadoras. E para as demais no ano de 2018. Acesse o site e as redes sociais da ELETROS regularmente para conferir tudo que acontece na Fundação.

45 ANOS DA ELETROS

O ano 2016 marcou os 45 anos da Fundação. Tamanha dedicação dos colaboradores, apoio das patrocinadoras e confiança dos participantes foi reconhecida no Relatório Anual 2015, desenvolvido especialmente como forma de agradecimento e homenagem a todos que nos ajudaram a construir essa história.

A fim de seguir por muito mais anos fazendo parte da sua vida, continuaremos trabalhando para ajudar a viabilizar os seus projetos e tornar o seu futuro mais tranquilo e seguro.

NOVAS PLATAFORMAS DIGITAIS

O ano de 2016 foi um período de grande avanço tecnológico para a ELETROS, com o lançamento dos novos canais digitais - site institucional, portal do participante, aplicativo móvel e simuladores - desenvolvidos especialmente para os participantes e assistidos da Fundação, que, além de outras vantagens, otimizou o fluxo de comunicação, o tempo de resposta da área de Relacionamento com Participante e diversos processos internos.

O site ganhou um layout mais simples, acessível e dinâmico, recheado de informações sobre a Entidade e os mercados financeiro e previdenciário.

Por meio do portal do participante, também disponível na versão mobile (aplicativo móvel), é possível visualizar o saldo de conta, conferir a rentabilidade do perfil de

investimento em comparação aos demais planos de benefícios e indicadores de mercado, fazer alteração cadastral, checar o histórico de movimentações, tudo integrado ao novo sistema de gestão.

Já no simulador é possível conferir a expectativa do valor (estimado) do benefício recebido, alterar o percentual de contribuição, entre outras vantagens.

Tudo pensado para melhorar, de forma contínua, os processos e a relação da ELETROS com seus participantes e assistidos.

ELEIÇÕES ELETROS

O processo eleitoral para a escolha do Diretor Financeiro e representantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da ELETROS foi realizado de agosto a novembro de 2016.

Participantes (ativos) e assistidos da Fundação, desde que cumpram os requisitos constantes na Norma Eleitoral e no Edital de Convocação das Eleições, ambos os documentos ficaram disponíveis no hot site das Eleições durante o período eleitoral, podem se candidatar.

Para conferir quem compõe a Governança Corporativa da ELETROS atualmente, veja o capítulo Administração.

NOVO REGULAMENTO PLANO CV ONS

Em outubro de 2016, o novo regulamento do plano de previdência do ONS foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Com a conclusão desse processo, o plano passou a se chamar CV ONS e adotar características mais atraentes com maior flexibilidade para seus participantes e assistidos.

Ao longo do mês de outubro a Fundação, por meio do Espaço ELETROS, promoveu algumas palestras com o tema “Conheça o novo Regulamento do Plano CV ONS” para apresentar todas as novidades e esclarecer eventuais dúvidas.

Na ocasião, a equipe de relacionamento também esteve presente para realizar atendimentos individualizados.

RESULTADO DO PLANO BD ELETROBRÁS EM 2016

Em 2016, os investimentos do Plano BD Eletrobrás apresentaram uma rentabilidade de 18,96% contra uma

variação da metra atuarial de 12,60%. Entretanto, esse resultado não foi suficiente para reverter a situação deficitária do plano.

Em função disso, a ELETROS, com apoio de consultorias atuarial e jurídica, realizou estudos para abertura de um novo processo de migração.

No final de 2016, a Fundação concluiu a avaliação de uma proposta e encaminhou o estudo para a Eletrobras analisar em paralelo com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela própria patrocinadora desde meados do ano passado.

Devido à complexidade do assunto e das necessárias aprovações da patrocinadora, assim como da ELETROS e dos órgãos reguladores, este processo requer demasiado tempo até que possa ser finalmente implementado.

O momento é difícil, mas a diretoria está envidando todos os esforços para atenuar os efeitos da delicada situação financeira do Plano BD e seguirá empenhada em viabilizar a abertura de um novo processo de migração.

CAMPANHA DE CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

No final de 2016, a ELETROS realizou uma nova Campanha de Contribuição Adicional que alcançou um resultado acima do esperado, arrecadando bem mais do que o previsto.

O objetivo da campanha é estimular participantes a aumentarem sua reserva previdenciária.

Diferentemente do que ocorre em outras instituições bancárias, a ELETROS não cobra taxa de carregamento sobre as contribuições extraordinárias, portanto todo o valor aportado é integralmente creditado na conta individual do participante.

Anualmente, campanhas de fomento às contribuições adicionais são realizadas pela Fundação.

FIRMAMENTO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DO EDIFÍCIO MARIO BHERING

Em março de 2017 foi assinado entre a Fundação e a Eletrobras o contrato de locação do Edifício Mário Bhering, localizado na Rua da Quitanda, nº 196, no Centro do Rio de Janeiro.

Os Projetos Arquitetônicos e Complementares de Engenharia para adequar o prédio às necessidades da Eletrobras estão sendo desenvolvidos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO É REVISADO

Em maio de 2017, a revisão do Planejamento Estratégico (PE) da ELETROS para o triênio 2017-2019 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Este trabalho estabelece diretrizes e objetivos estratégicos, assim como metas e ações, que orientarão o foco de atuação da ELETROS nos próximos anos.

O PE traçou metas que visam o equilíbrio financeiro e atuarial dos planos, a eficiência e eficácia no atendimento a todas partes interessadas e a implantação das melhores práticas de governança corporativa.

3

Gestão Previdenciária

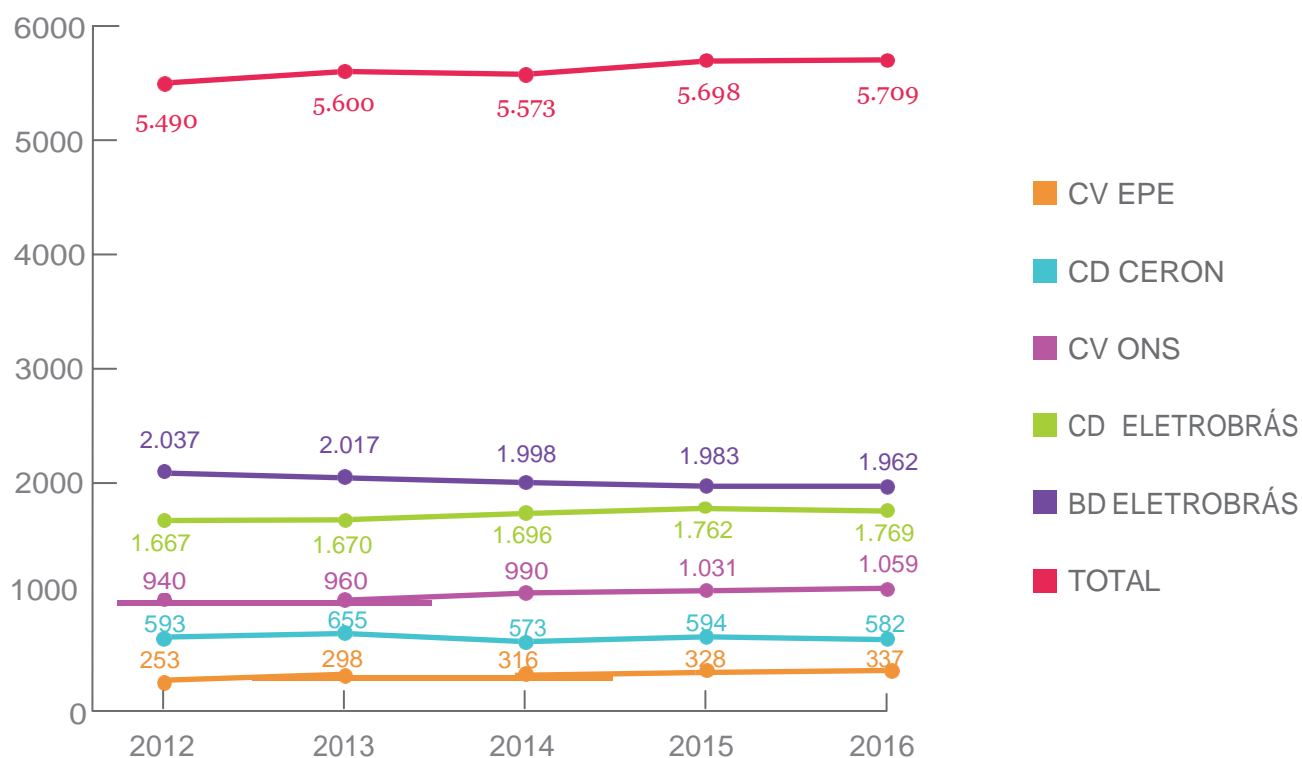


1. PANORAMA GERAL DOS PARTICIPANTES EM 2016 DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

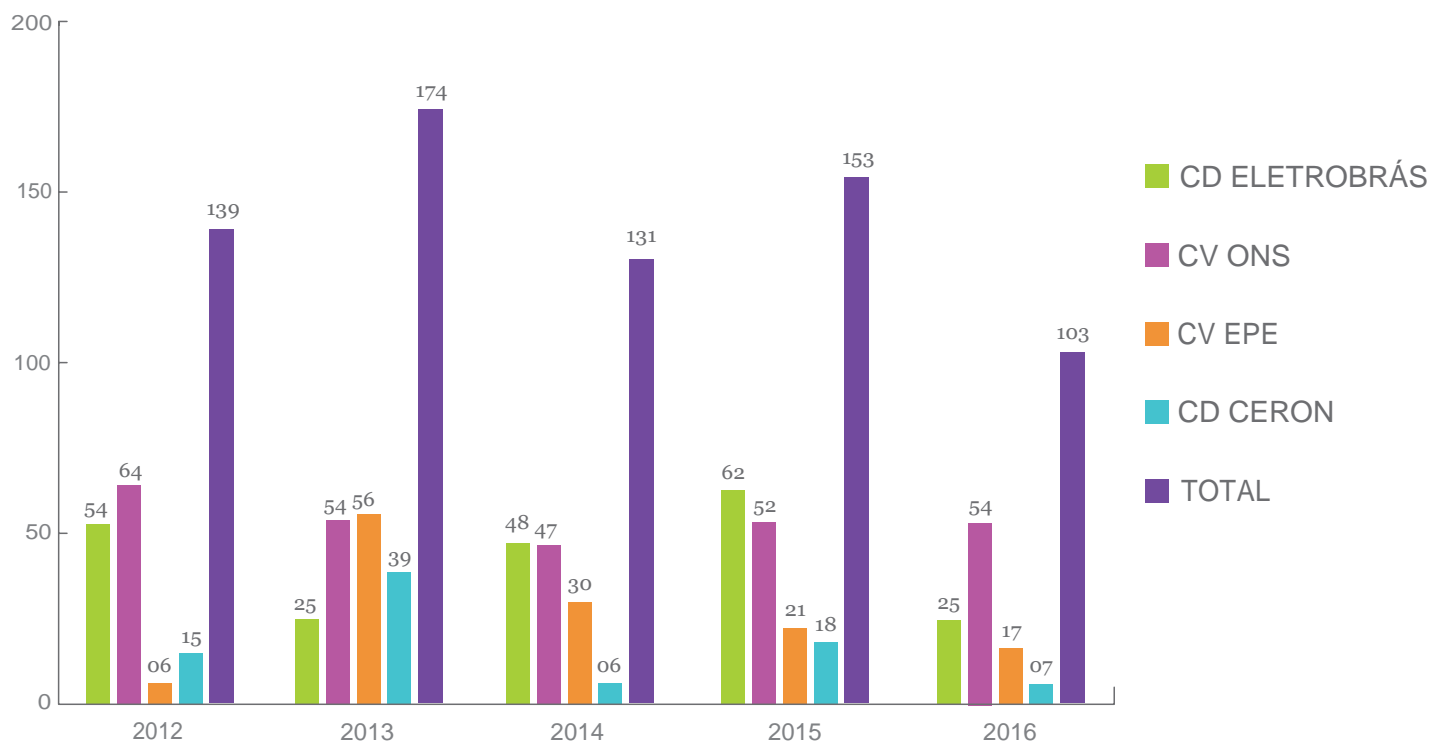
Patrocinadora	Plano	Ativo	Assistido	Pensionista	Autopatrocinado	BPD	TOTAL
ELETROBRAS	BD ELETROBRÁS	112	1115	361	-	17	1605
	CD ELETROBRÁS	784	292	38	24	47	1185
ONS	CV ONS	848	74	15	57	65	1059
EPE	CV EPE	275	12	-	31	19	337
CERON	CD CERON	547	8	2	9	16	582
CEPEL	BD ELETROBRÁS	80	209	52	-	4	345
	CD ELETROBRÁS	308	86	7	7	14	422
FUNDAÇÃO (ELETROS)	BD ELETROBRÁS	1	8	2	-	1	12
	CD ELETROBRÁS	117	12	6	15	12	162
TOTAL		3072	1816	483	143	195	

2. CRESCIMENTO

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE ABSOLUTA DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS POR PLANO



NOVAS ADESÕES DE PARTICIPANTES POR PLANO



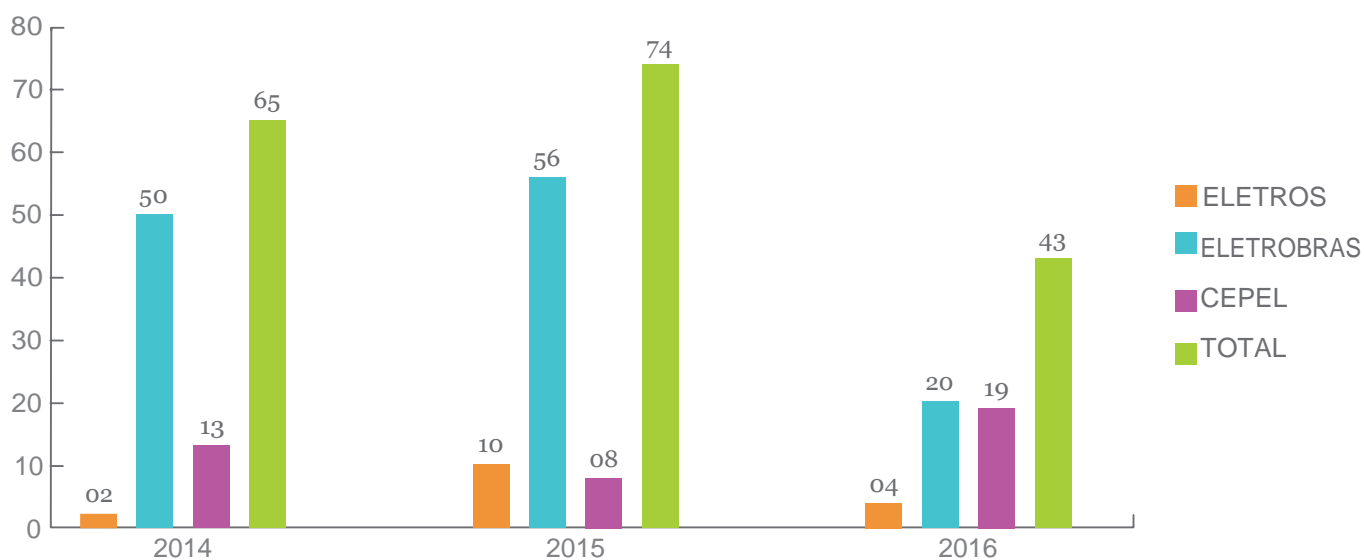
APOSENTADOS E PENSIONISTAS POR PLANO

	2012	2013	2014	2015	2016
CD ELETROBRÁS	204	268	410	426	441
BD ELETROBRÁS	1.685	1.721	1.799	1.767	1.747
CV ONS	55	64	75	92	100
CD CERON	3	4	4	7	14
CV EPE	0	0	0	7	12
TOTAL	1.947	2.057	2.288	2.299	2.314

NOVAS OPÇÕES DE INSTITUTOS POR PLANO EM 2016

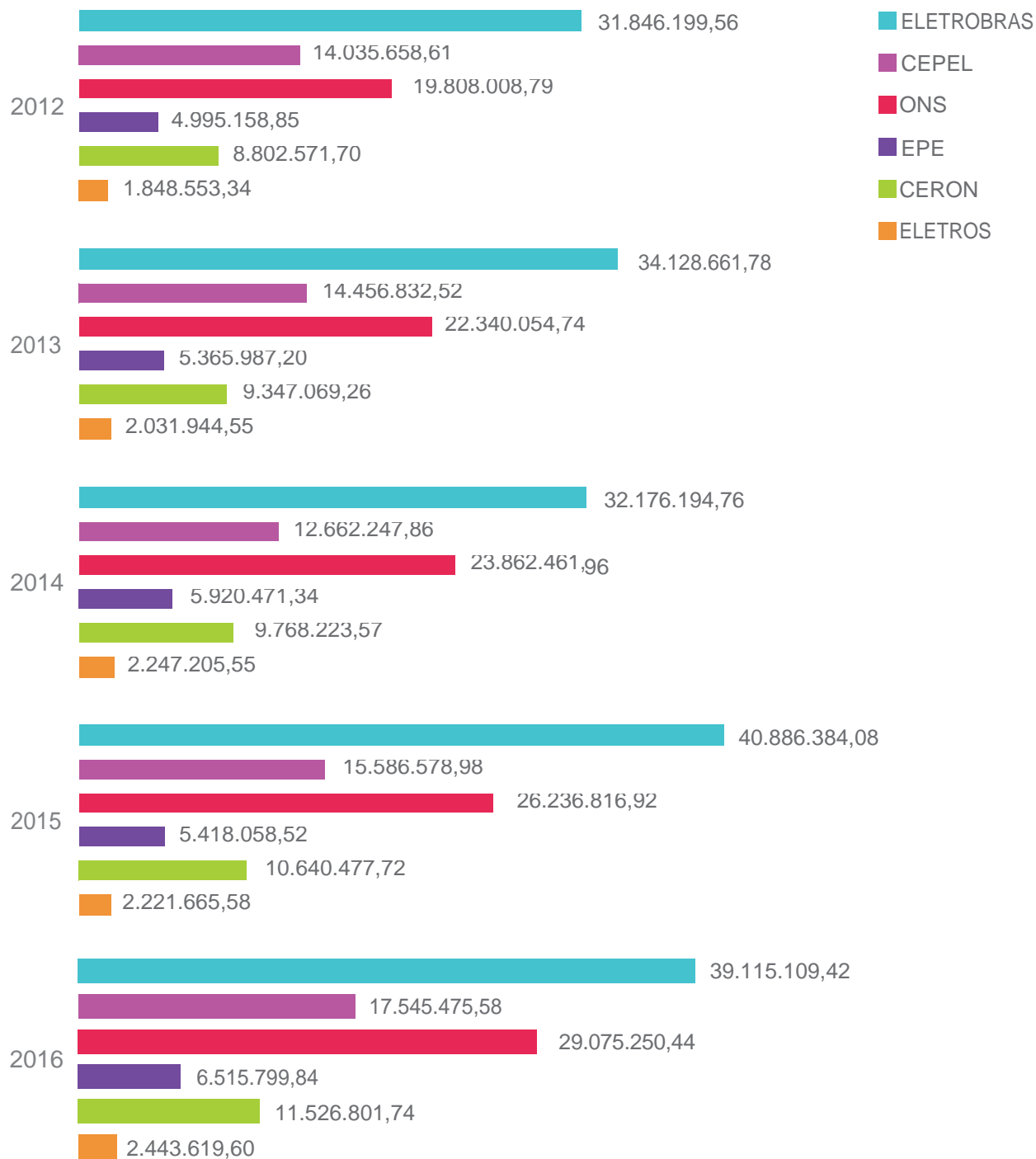
	Auto patrocínio	BPD	Portabilidade de Entrada	Portabilidade de Saída	Resgate
CD ELETROBRÁS	5	10	2	2	13
BD ELETROBRÁS	-	-	-	-	6
CV ONS	8	11	2	2	11
CD CERON	3	21	1	-	14
CV EPE	3	4	2	2	7
TOTAL	19	46	7	6	51

CONCESSÕES DE APOSENTADORIA INSS POR EMPRESA CONVENENTE



3. VOLUMES OPERACIONAIS

SOMATÓRIO DE CONTRIBUIÇÕES NORMAIS POR PATROCINADORA (R\$)



SOMATÓRIO DE CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS POR PATROCINADORA (R\$)

	2015	2016
CD ELETROBRÁS	231.636,39	239.878,75
CV ONS	2.846.771,77	3.808.474,66
CV EPE	166.985,85	168.966,01
CD CERON	23.413,76	317.095,83
TOTAL	3.268.807,77	4.534.415,25

SOMATÓRIO DOS BENEFÍCIOS PAGOS POR PLANO (R\$)

	2012	2013	2014	2015	2016
CD ELETROBRÁS	17.207.662,90	18.060.057,18	40.826.801,47	51.564.590,21	52.012.144,89
BD ELETROBRÁS	153.226.904,81	163.041.394,04	183.435.239,91	208.920.262,23	232.048.220,34
CV ONS	1.038.909,08	1.329.102,31	1.986.841,41	3.592.516,63	4.167.862,50
CD CERON	15.393,51	20.467,02	50.974,04	99.345,74	152.436,80
CV EPE	0,00	0,00	0,00	196.586,00	587.233,20
TOTAL	171.488.870,30	182.451.020,55	226.299.856,83	264.373.300,81	288.967.897,73

4

Gestão de Investimentos



COMENTÁRIOS SOBRE OS INVESTIMENTOS EM 2016

O cenário macroeconômico é importante para analisar o comportamento dos investimentos, principalmente dos segmentos de renda fixa e de renda variável, os que mais rapidamente são influenciados por fatores internos e externos.

O cenário interno permaneceu com incertezas em 2016, mas com chances de melhora. Se, por um lado, a economia brasileira novamente apresentou uma variação negativa do Produto Interno Bruto (PIB) e mostrou uma elevação da taxa de desemprego, por outro, a inflação começou a ceder, o que é um ponto importante para a recuperação das atividades produtivas. As medidas de ajustes das contas públicas foram debatidas pelo Congresso Nacional, mas parte das votações foi transferida para 2017.

O cenário externo foi favorável para os países emergentes em geral e para o Brasil em particular, sendo o fator principal para a valorização dos ativos financeiros, tanto de renda variável quanto de renda fixa.

A Política de Investimento possibilitou que ELETROS tirasse proveito das oportunidades que o mercado de capitais ofereceu em 2016; a rentabilidade dos Perfis de Investimento foi a maior desde o seu início em 2010 e a do Plano BD ELETROBRÁS foi mais elevada desde 2012.

Em 2016 foram realizados estudos da situação atuarial de longo prazo dos planos BD ELETROBRÁS e CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS), simulando o comportamento dos investimentos em cenários econômicos distintos e sugerindo uma carteira ótima que produza simultaneamente os melhores resultados para a liquidez, razão de solvência e probabilidades de déficit.

PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV). Desde 2010 a ELETROS oferece cinco modalidades de Perfis de Investimento aos participantes e assistidos dos Planos CDELETROBRÁS

e CV ONS que possuem diferenças em relação à tolerância ao risco.

- PERFIL SUPER CONSERVADOR
- PERFIL CONSERVADOR
- PERFIL MODERADO
- PERFIL AGRESSIVO
- PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidas na Cartilha Explicativa disponível no endereço eletrônico da ELETROS, independente de esclarecimentos adicionais que se façam necessários e que poderão ser feitos pelo telefone (21) 2138-6000, pelo e-mail atendimento@eletros.com.br ou na sede da Fundação.

CONJUNTURA ECONÔMICA ESPERADA PARA 2017

A queda da inflação interna vai permitir que as autoridades reduzam a taxa de juro em 2017; esses aspectos são relevantes para a recuperação da economia brasileira. Contudo, a situação das contas públicas, o desemprego e o baixo crescimento são desafios que precisam ser vencidos nos próximos anos.

PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS EM 2017

Em termos de impacto sobre os investimentos, a variável-chave para 2017 será o comportamento da taxa de juro dos Estados Unidos, o melhor seria se o Banco Central americano a elevasse de forma gradual.

O cenário mais provável adotado pela ELETROS é de que a situação internacional continuará positiva para o Brasil, embora menos favorável do que foi em 2016. Pelo lado interno, a queda da taxa de juro Selic é importante para a retomada do crescimento econômico do país, mas ao mesmo tempo representa um alerta porque tende a reduzir a rentabilidade do segmento de renda fixa, o mais representativo dos planos administrados pela ELETROS.

O segmento de renda variável é o segundo em importância no patrimônio, deverá apresentar uma

rentabilidade real acima da renda fixa aproveitando-se do cenário externo favorável, mas não deverá repetir o expressivo desempenho de 2016.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada para 2017.

O acompanhamento mensal da conjuntura econômica e das perspectivas para os investimentos pode ser encontrado no Relatório de Conjuntura e Risco, enviado na forma reduzida para o e-mail cadastrado do participante e disponível na versão completa no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

O resultado dos planos e dos Perfis de Investimento é discutido com os participantes durante as Apresentações Trimestrais realizadas nas Patrocinadoras, cujo conteúdo também está disponível no site da ELETROS (www.eletros.com.br), por meio do Portal do Participante.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2017

1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2017 (PI 2017) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade, a saber, Plano BD ELETROBRÁS; ao Plano CDELETROBRÁS, composto por Plano ELETROBRÁS CDSALDADO (BPDS) e Plano CDELETROBRÁS PURO; ao Plano CV ONS; ao Plano CV EPE; ao Plano CD CERON e ao Plano de GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA).

2. METAS DE RENTABILIDADE

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2017:

	EXERCÍCIO DE 2017	MÉDIO PRAZO (2017 A 2019)	LONGO PRAZO (2017 A 2021)
Plano BD ELETROBRÁS	6,3%	6,0%	5,9%
Plano CD ELETROBRÁS PURO	7,0%	6,3%	5,9%
Plano CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	6,7%	6,1%	6,0%
Plano CV ONS	7,1%	6,4%	5,9%
Plano CV EPE	7,0%	6,4%	5,9%
Plano CD CERON	7,0%	6,3%	5,9%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	6,5%	6,1%	6,0%

3. ALOCAÇÃO DE ATIVOS POR PLANO

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empres- timos), investimentos estruturados e no exterior.

3.1 ALOCAÇÃO POR PLANO EM RENDA FIXA

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA DE 2017		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	54%	72%	88%
Plano CD ELETROBRÁS Total	52%	77%	86%
CDELETROBRÁS PURO*	50%	77%	85%
Plano CD SALDADO (BPDS)	60%	74%	90%
Plano CV ONS*	56%	82%	88%
Plano CV EPE	61%	82%	90%
Plano CD CERON	61%	82%	90%
PGA	100%	100%	100%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.2 ALOCAÇÃO POR PLANO EM RENDA VARIÁVEL

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA DE 2017		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	5%	15%	20%
Plano CD ELETROBRÁS Total	9%	14%	28%
CD ELETROBRÁS PURO*	10%	14%	30%
Perfil ELETROS do CD PURO**	10%	19%	30%
Plano CD SALDADO (BPDS)	5%	15%	20%
Plano CV ONS*	10%	13%	30%
Perfil ELETROS do CV ONS**	10%	18%	30%
Plano CV EPE	10%	15%	25%
Plano CD CERON	10%	15%	25%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

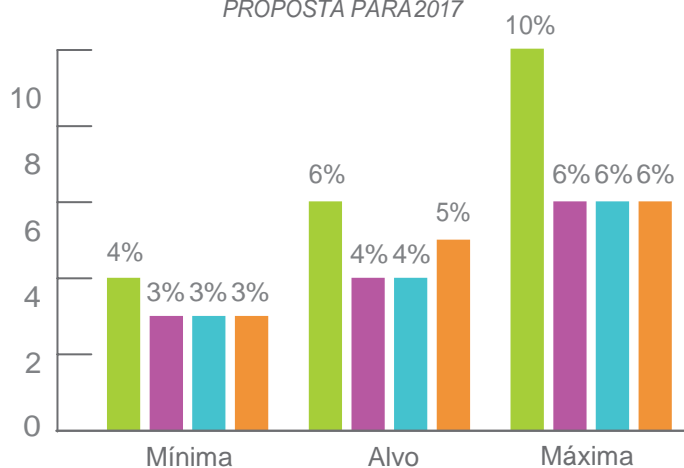
** Alocação em relação ao total do Perfil ELETROS.

PERFIS DE INVESTIMENTO

PERFIL DE INVESTIMENTO (CD PURO ELETROBRÁS E CV ONS)	ALOCAÇÃO EM RENDA VARIÁVEL
Perfil SUPER CONSERVADOR	0%
Perfil CONSERVADOR	15%
Perfil MODERADO	30%
Perfil AGRESSIVO	45%
Perfil ELETROS	De acordo com a PI 2017

3.3 ALOCAÇÃO POR PLANO EM IMÓVEIS

ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO PROPOSTA PARA 2017



■ BD ELETROBRÁS ■ CD ELETROBRÁS PURO*
■ CD ELETROBRÁS Total ■ Plano CD SALDADO (BPDS)

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.4 ALOCAÇÃO POR PLANO EM OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO PROPOSTA PARA 2017		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BDELETROBRÁS	3%	5%	10%
Plano CD ELETROBRÁS Total	2%	3%	10%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	2%	3%	10%
Plano CD SALDADO (BPDS)	2%	4%	10%
Plano CV ONS*	2%	3%	10%
Plano CV EPE	0%	1%	10%
Plano CD CERON	0%	1%	10%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.5 ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

PLANO	ESTIMATIVA DEZ/2016	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO PROPOSTA PARA 2017		
		MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	1%	0%	1%	4%
Plano CD ELETROBRÁS Total	0,2%	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0,1%	0%	1%	2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0,6%	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6 ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

PLANO	ESTIMATIVA DEZ/2016	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO PROPOSTA PARA 2017		
		MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	0%	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS Total	0%	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	0%	1%	2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

Para visualizar a versão completa da PI 2017, acesse o site da ELETROS (www.eletros.com.br), no menu Investimentos.

ALOCAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS POR PLANOS

SEGMENTOS	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	1.354.660	70,89%	1.320.761	81,30%	368.183	83,53%	55.735	87,64%	55.824	89,77%	84.861	100,0%
Renda Variável	290.060	15,18%	190.977	11,76%	60.055	13,62%	7.423	11,67%	6.362	10,23%	-	-
Estruturados	11.388	0,60%	507	0,03%	-	0,00%	-	-	-	-	-	-
Imóveis	157.154	8,22%	59.490	3,66%	-	0,00%	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	97.616	5,11%	52.786	3,25%	12.563	2,85%	440	0,69%	-	-	-	-
Consolidado	1.910.878	100,00%	1.624.521	100,00%	440.801	100,00%	63.598	100,00%	62.186	100,00%	84.861	100,0%

RENTABILIDADES BRUTAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIO

Segmentos	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Atuarial	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 4,80%	Meta Referência	INPC + 6,30%
	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	18,82%	5,52%	23,15%	9,37%	23,00%	9,24%	23,00%	9,24%	23,01%	10,13%	13,68%	0,34%
Renda Variável	32,29%	17,48%	34,80%	19,71%	34,80%	19,71%	34,80%	19,71%	34,80%	20,68%	0,00%	-
Imóveis	4,09%	-7,56%	4,09%	-7,56%	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Empréstimos	16,12%	3,13%	16,16%	3,16%	15,63%	-	15,08%	-	0,00%	-	0,00%	-
Inv. Estruturados	-3,76%	-14,53%	12,26%	-0,30%	0,00%	-11,19%	0,00%	-11,19%	0,00%	-	0,00%	-
Consolidado	18,96%	5,65%	23,32%	9,52%	24,06%	10,18%	24,06%	10,17%	24,29%	11,28%	13,68%	0,34%

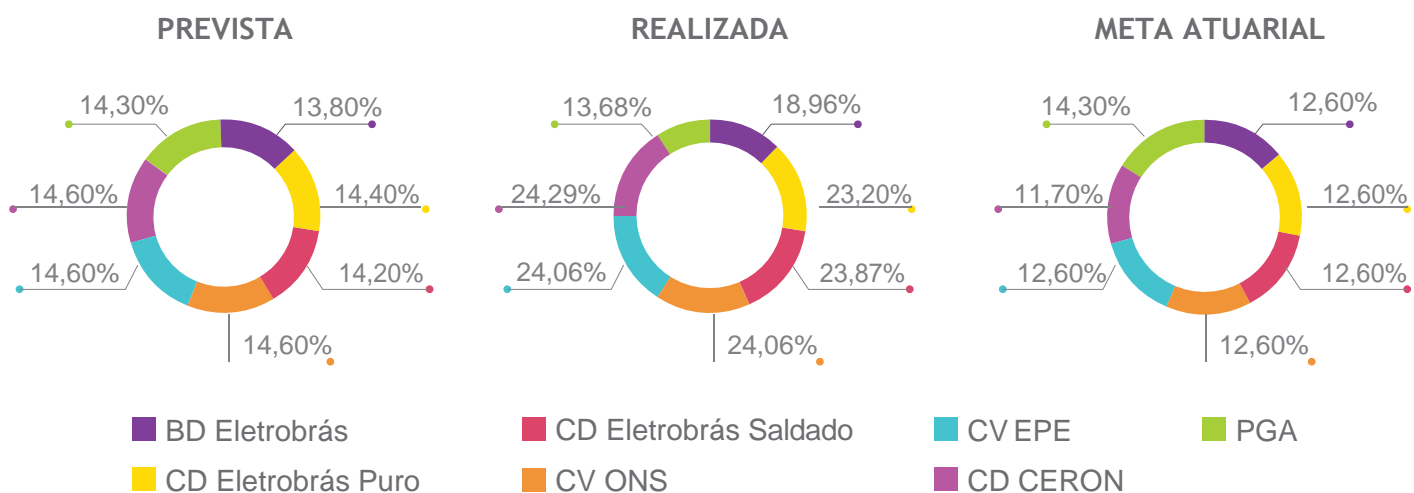
RENTABILIDADE DOS PERFIS DE INVESTIMENTO - PLANO CD ELETROBRÁS

CD ELETROBRÁS										
	Agressivo		Moderado		ELETROS		Conservador		Super conservador	
Segmentos	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação
Renda Fixa	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%
Renda Variável	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	0,00%	-
Imóveis	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%
Empréstimos	16,42%	9,24%	16,42%	9,24%	16,43%	9,24%	16,43%	9,24%	16,39%	9,21%
Inv. Estruturados	12,26%	5,33%	12,26%	5,33%	12,26%	5,33%	12,26%	5,33%	0,00%	0,00%
Consolidado	28,30%	20,38%	26,58%	18,76%	23,79%	16,15%	24,22%	16,55%	22,00%	14,47%

RENTABILIDADE DOS PERFIS DE INVESTIMENTO – PLANO CV ONS

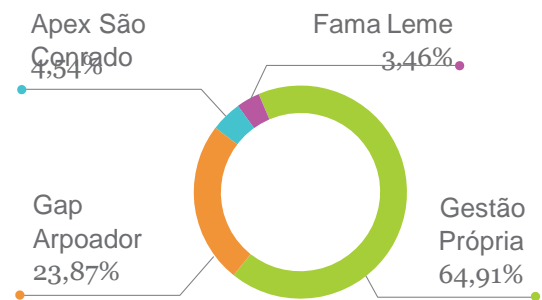
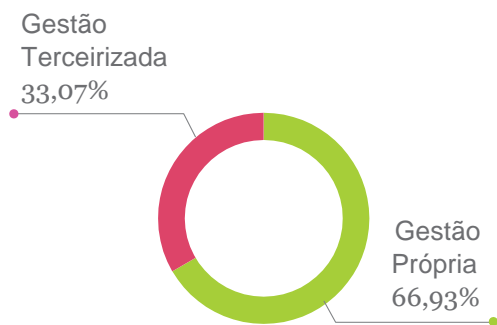
CV ONS										
	Agressivo		Moderado		ELETROS		Conservador		Super conservador	
Segmentos	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação
Renda Fixa	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%
Renda Variável	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	-
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Empréstimos	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%
Inv. Estruturados	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Consolidado	28,94%	20,98%	27,30%	19,44%	24,11%	16,45%	24,93%	17,22%	22,58%	15,01%

RENTABILIDADE NOMINAL PREVISTA NA PI X REALIZADA



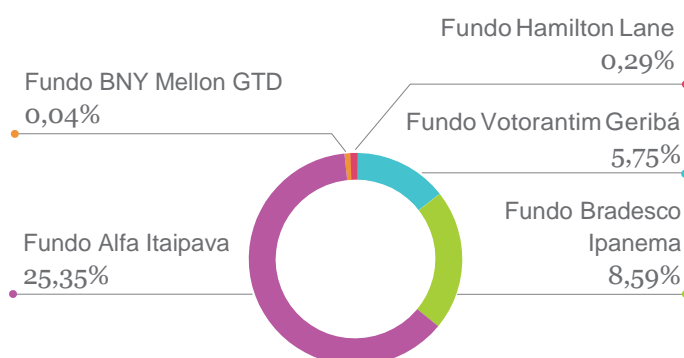
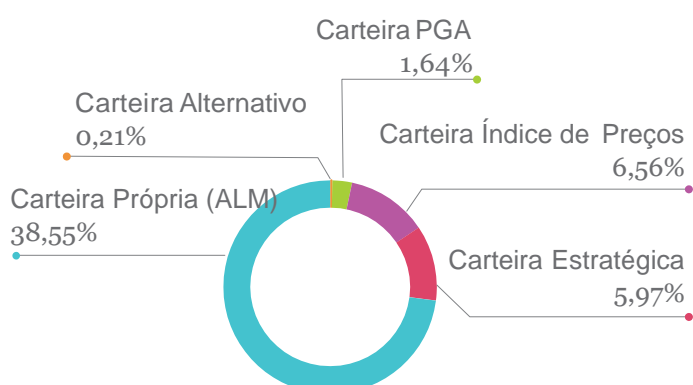
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – RENDA VARIÁVEL

Carteira	R\$	% TOTAL
Gestão Própria	371.361	66,93%
Gestão Terceirizada	183.516	33,07%
Apex São Conrado	25.189	4,54%
Gap Arpoador	132.436	23,87%
JGP Grumari	25.891	4,67%
Total Geral	554.877	100,00%



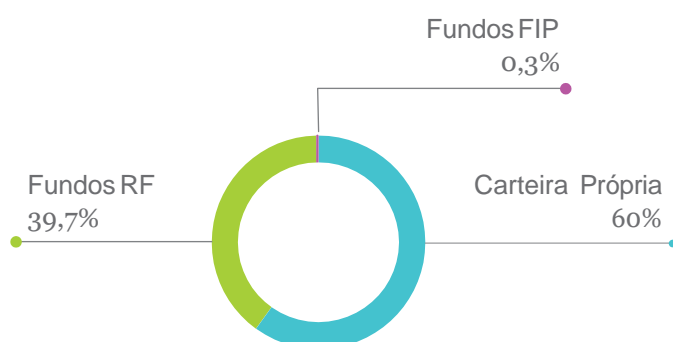
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – RENDA FIXA

GESTÃO PRÓPRIA	R\$	% TOTAL
Carteira Própria (ALM)	1.232.972	38,55%
Carteira Estratégica	191.080	5,97%
Carteira Índice de Preços	209.744	6,56%
Carteira PGA	52.512	1,64%
Carteira Alternativo	6.677	0,21%
Carteira Renda Vitalícia	1.875	0,06%
Carteira Saldado	223.501	6,99%
GESTÃO TERCEIRIZADA	R\$	% TOTAL
Fundo Votorantim Geribá	183.934	5,75%
Fundo Bradesco Ipanema	274.861	8,59%
Fundo Alfa Itaipava	810.619	25,35%
Fundo Hamilton Lane	9.126	0,29%
Fundo BNY Mellon GTD	1.162	0,04%
Total	3.198.063	100,00%



DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – SEGMENTOS ESTRUTURADOS

GESTÃO TERCEIRIZADA	100%	3.198.063
Carteira Própria	60,0%	1.918.361
Fundos RF	39,7%	1.269.414
Fundos FIP	0,3%	10.288
TOTAL	100,00%	3.198.063



GESTÃO TERCEIRIZADA

Terceirizados	Financeiro (R\$ Mil)	Participação (%)
Apex São Conrado	25.189	13,73%
Gap Arpoador	132.436	72,17%
JGP Grumari	25.891	14,11%
Total do Mercado	183.516	100,00%
Total Geral	546.864	-



5

Demonstrações
Contábeis

Relatório Anual
2016



31 de Dezembro de 2016 e 2015



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4, alínea c, às Demonstrações Contábeis, que descreve que a assinatura do Termo de Compromisso acordado entre a Eletros e as patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, relativo ao contas a receber denominado Contribuições Extraordinárias II, no total de R\$ 80.676 mil em 31 de dezembro de 2016, depende da homologação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013 pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Conseqüentemente, os referidos recursos estarão disponíveis apenas quando ocorrer a homologação da SEST. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em		Passivo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Disponível		2.474	818	Exigível operacional		16.940	16.632
Realizável		4.327.007	3.683.206	Gestão Previdencial	8	6.200	8.407
Gestão Previdencial	4	113.293	94.560	Gestão Administrativa	9	10.686	8.189
Gestão Administrativa	5	23.400	21.212	Investimentos		54	36
Investimentos	6	4.190.314	3.567.434	Exigível contingencial	10	30.139	23.167
Títulos Públicos	6.1	1.463.046	1.479.372	Gestão Previdencial		12.617	6.429
Créditos Privados e Depósitos	6.1	507.564	462.869	Gestão Administrativa		14.064	13.462
Ações	6.2	366.495	287.984	Investimentos		3.458	3.276
Fundos de Investimento	6.3	1.464.825	959.490	Patrimônio social	12	4.283.702	3.645.445
Derivativos		4.867	-	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.146.451	3.527.104
Investimentos Imobiliários	6.4	216.644	221.754	Provisões Matemáticas		4.277.031	3.891.209
Empréstimos		163.416	152.689	Benefícios Concedidos		3.282.538	3.050.577
Depósitos Judiciais/Recursais		3.457	3.276	Benefícios a Conceder		1.526.889	1.210.607
Permanente		1.300	1.220	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(532.396)	(369.975)
Imobilizado		316	442	Equilíbrio Técnico		(130.580)	(364.105)
Intangível		984	758	Resultados Realizados		(130.580)	(364.105)
Diferido		-	20	(-) Deficit Técnico Acumulado		(130.580)	(364.105)
Gestão Assistencial	7	23.802	22.240	Fundos	13	137.251	118.341
Total do Ativo		4.354.583	3.707.484	Fundos Previdenciais		37.085	28.555
				Fundos Administrativos		89.930	81.599
				Fundos de Investimentos		10.236	8.187
				Gestão Assistencial		23.802	22.240
				Total do Passivo		4.354.583	3.707.484

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

6

Pareceres



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e os Pareceres da KPMG Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e nos Pareceres e Demonstrações atuariais emitidos pela WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS abrangendo o Parecer Atuarial Complementar – inclusão dos Pensionistas no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 considerando a determinação da PREVIC, por meio do Ofício nº 493/17 e o Parecer Atuarial referente ao exercício de 2016; pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Variável – CV ONS, sobre o Plano EPE e sobre o Plano de Contribuição Definida – CD CERON são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017.

José Carlos Nunes Bianco
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Orsino Borges de Oliveira Filho

Paula Prado Rodrigues Couto

RESUMO DAS ATAS (DELIBERAÇÕES) TOMADAS NAS 320ª E 318ª REUNIÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE, REALIZADAS EM 22/05/2017 E 07/04/2017:

PARTE DA 320ª REUNIÃO, DE 22/05/2017:

“...BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) DE 2016 DA ELETROS (GESTÃO PREVIDENCIAL) E RESPECTIVOS RELATÓRIOS COM O PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE, COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE - DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, usando das atribuições que lhe confere o Estatuto da Entidade, após exame das Demonstrações Contábeis da ELETROS auditadas, dos Relatórios respectivos, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e no Parecer do Conselho Fiscal, de 22/05/2017, aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 da ELETROS, determinando que as mesmas sejam levadas ao conhecimento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD – ELETROBRÁS ABRANGENDO O PARECER ATUARIAL COMPLEMENTAR – INCLUSÃO DOS PENSIONISTAS NO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DE 2015 CONSIDERANDO A DETERMINAÇÃO DA PREVIC, POR MEIO DO OFÍCIO Nº 493/17 E O PARECER ATUARIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016 - DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 04/05/2017, fundamentado na Demonstração Atuarial de 2016 do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, Cepel, ELETROS; no Parecer Atuarial complementar ao Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 e Parecer Atuarial da Avaliação Atuarial de 31/12/2016, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás/Cepel/ELETROS, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras

e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de junho/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS. Determinou que a informação seja disponibilizada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aos participantes e assistidos, na forma da legislação vigente.”

Roberta Carvalho Muniz Zylberberg
Presidente

Alice Valderez de Andrade Salomão
Carol Sampaio Diogo de Siqueira
Jack Nottingham Steiner
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva
Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira
Secretária-Geral (Especialista)
Assessoria aos Órgãos Estatutários”

PARTE DA 318ª REUNIÃO, DE 07/04/2017:

“...DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS DOS PLANOS CDs E CVs - DELIBERAÇÕES DO CONSELHO:

DELIBERAÇÃO 1: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS.

DELIBERAÇÃO 2: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável do Operador Nacional do Sistema

Elétrico - CV - ONS, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - ONS.

DELIBERAÇÃO 3: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV - EPE, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE.

DELIBERAÇÃO 4: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S/A -CD - CERON, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - CERON. Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma e prazo da legislação vigente ”

André Luiz Amaral dos Santos
Presidente da Reunião

Alice Valderez de Andrade Salomão
Carol Sampaio Diogo de Siqueira
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva
Paulo Sergio Petis Fernandes
Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira
Secretária-Geral (Especialista)
Assessoria aos Órgãos Estatutários

6

Pareceres

Relatório Anual
2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano BDELETROBRÁS



Principais Informações do Parecer Atuarial

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,65% a.a.	5,65% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	97%	97%
– Benefícios do plano	97%	97%
– Benefícios do INSS	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic ¹	AT-2000 Basic ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Elegibilidade ao INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS
Composição familiar		
<ul style="list-style-type: none"> Benefícios concedidos 	<p>Aposentados: cônjuge/dependente vitalício informado</p> <p>Pensionista: dependente vitalício mais novo e dependente temporário mais novo informados</p>	<p>Aposentados: cônjuge/dependente vitalício informado</p> <p>Pensionista: dependente vitalício mais novo e dependente temporário mais novo informados</p>
<ul style="list-style-type: none"> Benefícios a conceder 		
<ul style="list-style-type: none"> Cônjuge 	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
<ul style="list-style-type: none"> Probabilidade de casados na aposentadoria 	75%	95%

¹ Segregada por sexo

Em 2016, a Willis Towers Watson realizou estudos de aderência das tábuas de mortalidade de válidos, entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e rotatividade à população de participantes do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, além das hipóteses de idade de entrada em aposentadoria, composição familiar, projeção de crescimento real dos salários e benefícios, fator de determinação dos salários e benefícios do plano e taxa real de juros, para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Os estudos de aderência acima foram aprovados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Instrução nº 23/2015 e a Portaria nº 186/2016, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.000.848.436,73
Provisões Matemáticas	2.123.763.207,10
■ <i>Benefícios Concedidos</i>	2.441.779.631,00
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.441.779.631,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.038.001.518,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	403.778.113,00
■ <i>Benefícios a Conceder</i>	205.117.340,82
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	199.935.759,86
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	234.702.046,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(17.383.143,07)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(17.383.143,07)
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.181.580,96
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	6.082.592,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(450.505,52)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(450.505,52)

■ <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(523.133.764,72)
– <i>Serviço Passado</i>	(360.131.579,23)
– <i>Atividade Especial</i>	(17.715.506,98)
– <i>Artigo 61</i>	(64.035.029,24)
– <i>Artigo 61 Adicional 2013</i>	(147.931.153,63)
– <i>Artigo 61 Adicional 2015</i>	(130.449.889,38)
– <i>Deficit Equacionado 2011</i>	(31.197.630,87)
– <i>Patrocinadores</i>	(13.047.860,97)
– <i>Participantes</i>	(3.689.934,09)
– <i>Assistidos</i>	(14.459.835,81)
– <i>Deficit Equacionado – Equacionamento 2013</i>	(67.698.307,72)
– <i>Patrocinadores (A conceder)</i>	(11.558.442,85)
– <i>Patrocinadores (Concedidos)</i>	(17.697.199,19)
– <i>Participantes</i>	(8.618.174,22)
– <i>Assistidos</i>	(29.824.491,46)
– <i>Deficit Equacionado – Equacionamento 2015</i>	(64.106.246,90)
– <i>Patrocinadores (A conceder)</i>	(5.426.061,71)
– <i>Patrocinadores (Concedidos)</i>	(19.870.263,31)
– <i>Participantes</i>	(8.324.728,24)
– <i>Assistidos</i>	(30.485.193,64)
Equilíbrio Técnico	(122.914.770,37)

	Valores em R\$
■ <i>Resultados Realizados</i>	(122.914.770,37)
– <i>Superavit Técnico Acumulado</i>	0,00
– <i>Deficit Técnico Acumulado</i>	(122.914.770,37)
■ <i>Resultados a Realizar</i>	0,00
Fundos	64.806.888,87
■ <i>Fundo da Gestão Administrativa</i>	58.603.393,08
■ <i>Fundo dos Investimentos</i>	6.203.495,79

Plano de Custeio

Nos meses de janeiro a maio de 2017 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2016. No período de junho de 2017 a maio de 2018, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

■ Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras

Tabela 1 - Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

■ Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Tabela 2 - Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

As contribuições normais dos assistidos tem o objetivo de custear as futuras pensões por morte, que são de sua exclusiva responsabilidade segundo o regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Ressaltamos que as contribuições descritas na Tabela 2, que foram determinadas pelo atuário responsável pelo fechamento do exercício de 2013, serão analisadas ao longo de 2017 para verificar se o custeio vigente é suficiente para a correta capitalização da pensão por morte.

Além das contribuições normais definidas acima, deverão ser efetuadas as seguintes contribuições extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a Constituir, a vigorar a partir de junho/2017.

A sobrecarga administrativa de 3% incide sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Mensais das Patrocinadoras	Valores Mensais em R\$	Valores Mensais em R\$ (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2016
Serviço Passado - Eletrobras			
Artigo 61	1.933.848,52	1.991.863,98	3 anos
Artigo 61 Adicional 2013	1.335.974,18	1.376.053,41	12 anos e 11 meses
Artigo 61 Adicional 2015 ¹	1.070.328,03	1.102.437,88	14 anos e 11 meses
Deficit Equacionado 2011			
Patrocinadoras	394.043,49	405.864,80	3 anos
Deficit Equacionado Adicional 2013			
Patrocinadoras – referente aos assistidos	118.405,43	121.957,59	21 anos e 1 mês
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	180.500,02	185.915,02	6 anos e 4 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015¹			
Patrocinadoras – referente aos assistidos	163.033,25	167.924,25	14 anos e 11 meses
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	44.520,28	45.855,89	14 anos e 11 meses

¹ As contribuições referentes ao deficit equacionado de 2015 entrarão em vigor em junho de 2017, conforme Parecer Atuarial do Plano de Equacionamento de 25 de abril de 2017

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Anuais dos Participantes Ativos e Assistidos	Valores Anuais em R\$	% da Folha	% da Folha (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2016
Deficit Equacionado 2011				
Participantes ativos	1.337.225,64	3,97% ¹	4,09% ¹	3 anos
Assistidos – não amparados artigo 61	1.149.044,42	3,20% ²	3,30% ²	21 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2013				
Participantes ativos	1.615.007,11	4,79% ¹	4,93% ¹	6 anos e 4 meses
Assistidos – não amparados artigo 61	2.394.535,92	6,66% ²	6,86% ²	21 anos e 1 mês
Deficit Equacionado Adicional 2015				
Participantes ativos	819.642,55	2,67% ³	2,75% ³	14 anos e 11 meses
Assistidos – não amparados artigo 61	3.001.534,84	5,16% ⁴	5,31% ⁴	14 anos e 11 meses

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13^o) dos participantes ativos em 2016: R\$33.682.501

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos de 2016 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$35.940.263

³ Percentual apurado com base na folha de salários (incluindo 13^o) dos participantes ativos em 2015, conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$30.703.207

⁴ Percentual apurado com base na folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos de 2015 não amparados pelo artigo 61 (considerando os BPD e pensionistas), conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$58.222.274,78

Para determinação dos percentuais referentes a 2013 e 2015, considerou-se que a Eletrobras aprovará os Termos de Compromisso encaminhados em 2016 a SEST. Se eventualmente os termos de compromisso não forem aprovados, as taxas acima deverão ser revistas.

Contribuições Extraordinárias – Patrocinadoras

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. Os prazos remanescentes de equacionamento em 31/12/2016 são de 3 anos para o deficit apurado em 2011, 12 anos e 11 meses para o deficit apurado em 2013 e de 14 anos e 11 meses para o deficit apurado em 2015, conforme o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a Eletros. As contribuições foram apuradas considerando esses prazos, e a taxa de juros de 5,65% a.a., e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes ao deficit paritário de responsabilidade das patrocinadoras foram apuradas considerando os prazos remanescentes de equacionamento em 31/12/2016 de: 3 anos para o deficit de 2011; 21 anos e 1 mês para o deficit de 2013 referente aos assistidos não amparados pelo artigo 61; 6 anos e 4 meses para o deficit de 2013 referente aos ativos; e 14 anos e 11 meses para o deficit de 2015 referente aos assistidos não amparados e ativos, de acordo com os Termos de Compromisso encaminhados em 2016 à SEST.

Os valores apresentados na Tabela 3 referentes às contribuições da patrocinadora deverão ser atualizados mensalmente pela variação da URE.

Adicionalmente a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – Atividade Especial na forma acordada entre patrocinadora e entidade.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Ativos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos participantes ativos é de 3 anos em 31/12/2016, conforme determinado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, resultando na contribuição de 3,97% do salário real de contribuição, apurada com base na taxa de juros de 5,65% a.a.

O deficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 6 anos e 4 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício apurado em 31/12/2013. O participante ativo deverá contribuir com o resultado obtido com a aplicação de 4,79% sobre o respectivo salário real de contribuição.

O deficit equacionado adicional de 2015, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 14 anos e 11 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia ao prazo de 1,5 vezes a duration do plano em 31/12/2015, conforme legislação vigente na época. O participante ativo deverá contribuir com o resultado obtido com a aplicação de 2,75% sobre o respectivo salário real de contribuição.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Assistidos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 21 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2014, resultando na contribuição de 3,20% do benefício de complementação.

O deficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, será equacionado pelo prazo remanescente de 21 anos e 1 mês, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2013 e corresponde a 6,66% da folha de benefícios dos assistidos não amparados pelo artigo 61, não considerando os pensionistas, conforme estabelecido em anos anteriores.

O deficit equacionado adicional de 2015, atribuível aos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, será equacionado pelo prazo remanescente de 14 anos e 11 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia ao prazo de 1,5 vezes a duration do plano em 31/12/2015 e corresponde a 5,31% da folha de benefícios dos aposentados e pensionistas não amparados pelo artigo 61 do regulamento e dos participantes aguardando o benefício proporcional diferido, conforme Parecer Atuarial do Plano de Equacionamento de 25 de abril de 2017.

Autopatrocinados

O participante autopatrocinado assume, além da sua contribuição, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora.

Adicionalmente, o autopatrocinado deve contribuir com as contribuições relativas ao deficit equacionado das patrocinadoras, que correspondem a 9,11% sobre o respectivo salário real de contribuição.

A sobrecarga administrativa de 3% incidirá sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Apresentamos na Tabela 4 a seguir, o comparativo dos percentuais indicados para 2016 com os que deverão ser praticados em 2017, referentes ao custo normal e extraordinário, com exceção do serviço passado do artigo 61, incluindo as contribuições para despesa administrativa:

Participantes aguardando o Benefício Proporcional Diferido

O participante aguardando o benefício proporcional diferido assume a contribuição extraordinária e a sobrecarga administrativa referente ao deficit equacionado de 2015, correspondente a 5,87% do benefício projetado.

Tabela 4 - Taxas de Contribuição em % da folha de participação/ benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
<i>Patrocinadoras</i>		
Normal	14,04% ¹	13,38%
Deficit Equacionado 2011	14,46% ¹	21,98%
Deficit Equacionado 2013	10,96% ¹	16,59%
Deficit Equacionado 2015	8,36% ²	-
Contribuição Total das Patrocinadoras	47,82%	51,95%
<i>Participantes Ativos</i>		
Normal	14,04% ¹	13,38%
Deficit Equacionado 2011	4,09% ¹	6,99%
Deficit Equacionado 2013	4,93% ¹	8,66%
Deficit Equacionado 2015	2,75% ²	-
Contribuição Total dos Participantes Ativos	25,81%	29,03%
<i>Participantes Assistidos</i>		
Normal	8,26% ³	7,61%
Deficit Equacionado 2011	3,30% ⁴	3,03%
Deficit Equacionado 2013	6,86% ⁴	6,37%
Deficit Equacionado 2015	5,31% ⁵	-
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	23,73%	17,01%

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13^o) dos participantes ativos em 2016: R\$33.682.501

² Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13^o) dos participantes ativos em 2015, conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$30.703.207

³ Percentual apurado com base folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos (não considerando os pensionistas): R\$183.412.037

⁴ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos de 2016 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$35.940.263

⁵ Percentual apurado com base na folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos de 2015 não amparados pelo artigo 61 (considerando os pensionistas e BPD), conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$58.222.274,78

IX – Conclusão

A redução do deficit técnico em 2016 quando comparado ao deficit tecnico de 31/12/2015 de R\$171.026.613,84 após o equacionamento de R\$ 171.481.171,63, decorre principalmente das oscilações favoráveis do patrimônio.

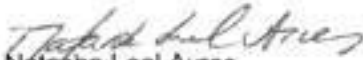
Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, informamos que o plano apresentou um Deficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 122.914.770,37, inferior ao limite de equacionamento definido no artigo 28 da Resolução CNPC no 22/2015. O equilíbrio do plano no longo prazo depende da realização das contribuições indicadas no plano de custeio apresentado nesse parecer e da revisão do custeio das pensões por morte que será realizada ao longo de 2017. É imprescindível a aprovação dos Termos de Compromisso em análise pela SEST para que fiquem canceladas as regras de equacionamento dos deficits atuais e de

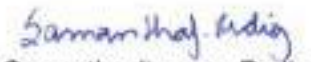
eventuais supervenientes. Alterações nos citados termos deverão ser avaliadas e refletidas, se for o caso, no presente parecer.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017


Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930


Samantha Jimenez Redig
MIBA nº 2.120

6

Pareceres

Relatório Anual
2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CDELETROBRÁS



PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRÁS– 31/12/2016

Plano CD ELETROBRÁS – CNPB: 2006.0015-74

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC n° 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido salgado	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A "Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas" é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da "Parcela BPDS".

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (23,19%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (12,60%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "CD Puro ELETROS" onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação. A rentabilidade desse Patrimônio foi de 23,26% e, também, superou a meta atuarial (12,60%). Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.

O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa, Empréstimos, Investimentos Estruturados e Imóveis foram positivos em 34,80%, 23,00%, 16,43%, 12,26% e 4,09%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "CD Puro ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 21,94% (10,97% para os participantes e 10,97% para as Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 21,62% (10,81% para os participantes e 10,81% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não há sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 4% das contribuições básicas de participante e de patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Resultado apurado no exercício:

O resultado positivo no exercício relativo à "Parcela Renda Vitalícia" em 31/12/2016, no valor de R\$ 201.517,40 (I), ocorreu devido à existência de superávit no encerramento do exercício de 2015, sendo este majorado pelo fato da rentabilidade desta Parcela ter superado a meta atuarial no ano de 2016.

O resultado deficitário apurado na "Parcela BPDS" no encerramento do exercício de 2015 montava a quantia de R\$ 28.116.437,44. Em linha com a Resolução CNPC nº 22/2015, de 25 de novembro de 2015, apurou-se o Limite de Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 21.691.443,19. Uma vez que o resultado deficitário superava o Limite de Déficit Técnico Acumulado, o Conselho Deliberativo da ELETROS aprovou em 19 de dezembro de 2016 o Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 da "Parcela BPDS" do Plano CD Eletrobrás para a dívida apurada em R\$ 6.424.994,25 no encerramento do exercício de 2015, cujo custeio passaria a vigorar a partir de fevereiro de 2017.

No entanto, o Art. 4º da Instrução PREVIC/DC nº 32 de 02/09/2016 estabelece a possibilidade de revisão do Plano de Custeio utilizando o equilíbrio técnico ajustado positivo, desde que justificada em parecer atuarial e aprovada pelas instâncias competentes da ELETROS.

Nesse sentido, foi elaborado o Parecer Atuarial DB/ACB 003/17, de 31/01/2017, apresentando o resultado do encerramento do exercício de 2016, considerando a apuração do equilíbrio técnico ajustado.

Na apuração do resultado preliminar do encerramento do exercício de 2016 identificou-se que o Déficit Técnico Acumulado, que montava R\$ 21.691.443,19 em 31/12/2015, passaria para R\$ 576.442,39 (II) em 31/12/2016. Tal fato deveu-se, fundamentalmente, a rentabilidade no período ter sido muito superior à meta atuarial (Meta atuarial do exercício de 2016 = $12,60\% \times$ Rentabilidade da Parcela BPDS do exercício de 2016 = 23,26%).

Em linha com o Art. 28-A da Resolução CGPC nº 26/2008, e utilizando a planilha disponibilizada pela PREVIC, através da Portaria nº 29, de 16 de janeiro de 2017, foi apurado o Ajuste de Precificação no valor de R\$ 11.008.582,29 (III).

Com isso, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado positivo preliminar no valor de R\$ 10.432.139,90 (III - II).

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo preliminar em 31/12/2016 é superior ao valor do Déficit Técnico Acumulado preliminar (nessa data) acrescido das Provisões Matemáticas a Constituir referentes ao Déficit Equacionado no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 – Parcela BPDS, que nessa mesma

data montava em R\$ 7.289.561,28 (IV), foi possível a revisão do custeio extraordinário definido no Plano de Equacionamento em questão.

Dessa forma, em consonância com a Instrução PREVIC/DC nº 32, de 02/09/2016, ocorreu, no encerramento do exercício de 2016, a liquidação das Provisões Matemáticas a Constituir referentes ao Déficit Equacionado no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 – Parcela BPDS – em 31/12/2016, bem como a extinção do custeio extraordinário que se iniciaria em fevereiro de 2017, resultando no Déficit Técnico Acumulado definitivo de R\$ 7.866.003,67 (V = II + IV) para a “Parcela BPDS” do Plano CD Eletrobrás e, conseqüentemente, na apuração de Equilíbrio Técnico Ajustado positivo definitivo de R\$ 3.142.578,62 (III - V) para esta Parcela em 31/12/2016.

Destacamos que o Equilíbrio Técnico negativo apurado no encerramento do exercício de 2016 no valor de R\$ 7.664.486,27 corresponde ao somatório dos Superávits / (Déficits) das Parcelas “BPDS” e “Renda Vitalícia” do Plano CD Eletrobrás (I e V).

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas “BPDS” e “Renda Vitalícia”, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não forem objeto de Resgate a partir de 1º de janeiro de 2017.

Destacamos que até o encerramento de 2016 tais recursos foram apropriados no Fundo de Riscos e utilizados na determinação do custeio dos benefícios não programáveis.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte;

- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;

- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;

- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

A "Parcela CV" encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Já a "Parcela Renda Vitalícia" encerrou o exercício de 2016 com superávit de R\$ 201.517,40, enquanto a "Parcela BPDS" encerrou este mesmo exercício com Déficit Técnico Acumulado de 7.866.003,67, resultando no Equilíbrio Técnico negativo apurado no valor de R\$ 7.664.486,27 para o Plano CD Eletrobrás.

No entanto, tendo em vista a apuração de Ajuste de Precificação positivo, posicionado em 31/12/2016, no valor de R\$ R\$ 11.008.582,29, foi apurado (nessa data) Equilíbrio Técnico Ajustado positivo. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2016 é conjuntural, haja vista o Ajuste de Precificação, e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para o montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar novo equacionamento de déficit.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

6

Pareceres

Relatório Anual 2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CV ONS



PARECER ATUARIAL DO PLANO CV ONS – 31/12/2016

Plano CV ONS – CNPB: 2000.0056-83

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC n° 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (23,50%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (12,60%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "ONS ELETROS", onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.

O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 34,80%, 23,00% e 15,63%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "ONS ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,95%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 8,04%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,49% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,78% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos ou saídas de participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa equivale a 3,00% das contribuições normais de participante e Patrocinador, sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Analisando os dispêndios anuais relativos ao pagamento dos benefícios de auxílio-doença nos últimos 5 anos, indicamos que é razoável o ajuste no custeio para cobertura desse risco de 0,50% para 0,30%, incidentes sobre o salário para fins de contribuição. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição, a partir da vigência deste plano de custeio (abril de 2017), serão de 1,12% de responsabilidade da Patrocinadora (0,30% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante, em consonância com estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tais percentuais são reavaliados anualmente, podendo estes ser majorados, mantidos ou reduzidos, conforme resultados do estudo.



Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2016 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

As alterações propostas no regulamento do Plano CD ONS, cujo nome foi alterado para Plano CV ONS, foram aprovadas pela PREVIC em 05 de outubro de 2016.

Apresentamos abaixo as principais alterações de cunho atuarial:

- Alteração da fórmula de cálculo da renda por prazo certo: a nova formulação apresenta a premissa de taxa de juros como variável em sua componente mensal a anual, garantindo que sejam cumpridas as obrigações da Fundação com seus assistidos;

- Permissividade para os participantes autopatrocinados receberem os benefícios não programáveis: o impacto de tal alteração foi considerado irrelevante, uma vez que o Plano possui um Fundo Previdencial suficiente para honrar tal compromisso e que os participantes irão efetuar contribuições para tais benefícios. Ressalta-se, ainda, que o custeio dos benefícios não programáveis é reavaliado anualmente;

- Possibilidade de determinação de percentual para pagamento de Renda Vitalícia: considerando que os benefícios serão calculados em função do percentual determinado, tal medida não acarreta em risco adicional ao Plano;

- Possibilidade de alteração anual do prazo de recebimento e do percentual alocado para renda vitalícia: Como os benefícios são recalculados anualmente, as alterações nos parâmetros impactarão diretamente no valor do benefício, de forma a garantir o cumprimento do compromisso da Fundação com seus assistidos.

Atestamos que as alterações regulamentares apresentadas estão de acordo com as melhores práticas atuariais e não acarretarão em custos adicionais para o Patrocinador, participantes e assistidos.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016. O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro.



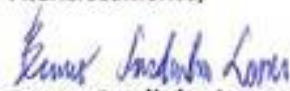
Em consonância com a nota técnica vigente, o Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

6

Pareceres

Relatório Anual
2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CVEPE



PARECER ATUARIAL DO PLANO EPE – 31/12/2016

Plano EPE – CNPB: 2009.0029-38

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC n° 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (24,06%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (12,60%). Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.

O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 34,80%, 23,00% e 15,08%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,60% (6,80% para os participantes e 6,80% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,14% (6,57% para os participantes e 6,57% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa

incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 10,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Observamos que no exercício de 2016 houve um aumento significativo no número de benefícios de Auxílio Doença concedidos quando comparado a exercícios anteriores, comportado, até o momento, pelo Fundo de Riscos. Destacamos que, possivelmente, haverá necessidade de ajuste do custeio para cobertura dos benefícios não programáveis caso o número de benefícios de Auxílio Doença pagos ao longo de 2017 permaneça nos patamares observados nesta avaliação atuarial.

Há previsão de que no ano de 2017 será permitida aos participantes e assistidos a escolha de perfis de investimentos. Para aqueles que optarem por migrar do perfil "EPE ELETROS" para qualquer um dos demais perfis que forem criados, a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais poderá ser revista, bem como a incidência de taxa de administração sobre os investimentos.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2016 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Destacamos que até o encerramento do exercício de 2016, valores remanescentes da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate foram contabilizados em Fundo Previdencial único que contemplava, também, os recursos recebidos para pagamento de benefícios não programáveis. Dessa forma, ao longo do ano de 2017, esta Entidade irá realizar a segregação dos valores entre os Fundos supracitados.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

6

Pareceres

Relatório Anual
2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CDCERON



PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON – 31/12/2016

Plano CD CERON – CNPB: 2011.0015-11

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,80%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (22,69%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 4,80% (11,70%). Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.

O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável e Renda Fixa foram positivos em 34,80% e 23,01%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,60% (7,80% para os participantes e 7,80% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,22% (7,61% para os participantes e 7,61% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,80% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 269,39 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.

Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

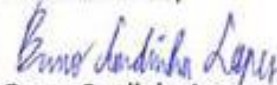
- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Ceron que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Destacamos que até o encerramento do exercício de 2016, valores remanescentes da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate foram contabilizados em Fundo Previdencial único que contemplava, também, os recursos recebidos para pagamento de benefícios não programáveis. Dessa forma, ao longo do ano de 2017, esta Entidade irá realizar a segregação dos valores entre os Fundos supracitados.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



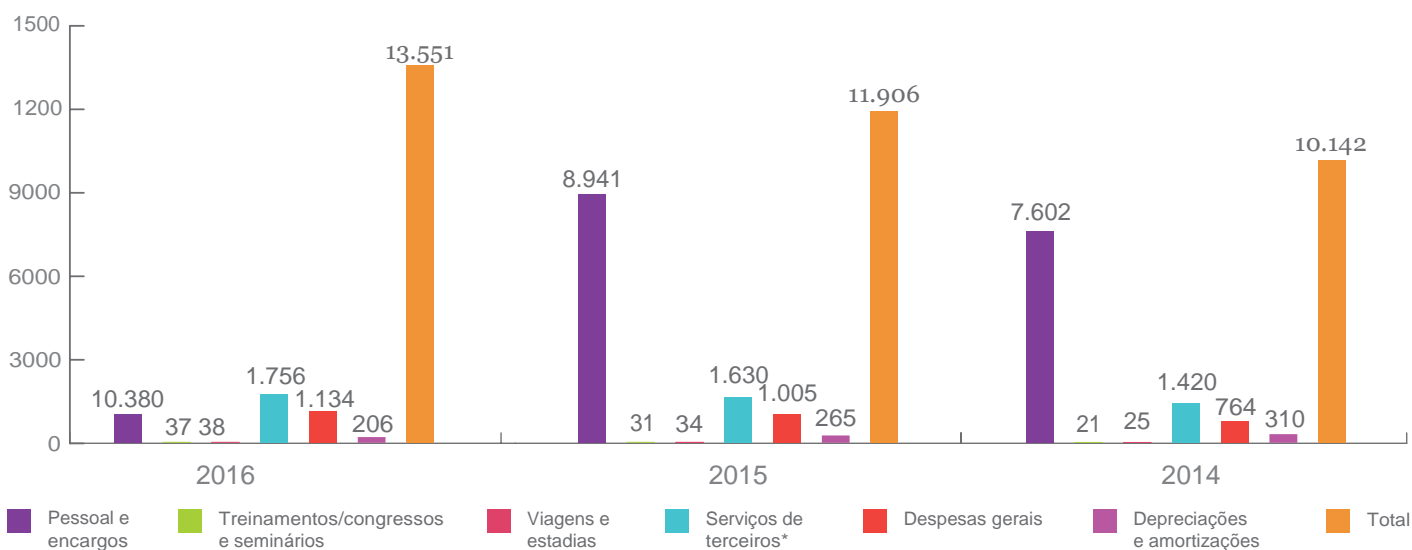
Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

7

Despesas


CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO
DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS	TOTAL	FUNDOS DE	FUNDOS BV	CARTEIRA PRÓPRIA	ESTRUTURADO
Controladoria	33	24	4	6	0
Gestão	1.107	155	871	54	28
Custódia	351	94	16	238	3
Performance	758	0	758	0	0
Administrador	7	0	0	0	7
IOF	0	0	0	0	0
CVM	184	135	48	0	1
CETIP	281	103	51	125	2
CBLC	13	0	3	10	0
SELIC	72	22	3	47	0
ANBIMA	21	15	6	0	0
Taxa de Bolsa	742	0	329	412	0
Cartório	4	1	2	0	0
Auditoria	41	17	22	0	2
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	3	0	1	1	1
TOTAL	3.618	566	2.115	892	45

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE INVESTIMENTOS (R\$)


* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Consultoria e Análise de Riscos nos Investimentos.

8

Eletros-Saúde



APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi especialmente difícil para o mercado de saúde suplementar. Apenas neste ano, o setor perdeu 1,47 milhão de beneficiários, no segundo ano consecutivo de retração. O movimento é reflexo da prolongada crise econômica brasileira e do aumento do desemprego, que superou a casa de 12 milhões de pessoas procurando trabalho. Em 2016, o Brasil fechou 1,32 milhão de empregos formais. Muitos dos desempregados perderam o plano de saúde corporativo e entraram na lista de pessoas que deixaram de ser beneficiárias de planos de saúde privados.

Já o Eletros-Saúde acumulou ao longo de 2016 uma perda de cerca de 2% do número de vidas, sendo a maior concentração deste contingente no plano de Assistidos. A queda do número de vidas impacta diretamente no custo do plano, portanto reforçamos a importância de nossos beneficiários titulares oferecerem e indicarem seus parentes para o Plano Eletros-Saúde Família. Esta é a única forma de oxigenarmos nossa carteira de clientes, visto que pela característica das autogestões (vinculadas a Fundos de Pensão) que determina que apenas beneficiários de planos de previdência e seus familiares podem aderir ao plano de saúde.

Mesmo com a queda de usuários, o ano de 2016 apresentou um crescimento de receita de cerca de 10,65%, motivado pelos reajustes de mensalidades, calculado para garantir as despesas assistenciais, visando a cobertura da inflação médica, o envelhecimento da carteira e a variação do número de vidas da operadora. Os reajustes aplicados a partir de janeiro de 2016 para os planos de pré-pagamento foram de 14,35% para Assistidos, 9,85% Família e 12,1% para Fundação, todos abaixo do índice Variação do Custo Médico-Hospitalar (VCMH), calculado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), em 19%.

Desde 2013, o VCMH/IESS registra fechamento anual superior a 15% ao ano. Em 2016, o indicador oscilou no patamar de 18% a 19,7% e não foi registrado nenhum sinal do mercado que aponte para a queda desses

percentuais - o que é extremamente preocupante e coloca em risco o sistema de saúde suplementar.

Alguns fatores, como a Judicialização da saúde, novas tecnologias e coberturas impostas pela ANS contribuem para o VCMH permanecer tão elevado por tanto tempo. A principal delas, no entanto, é o sistema de pagamento das operadoras aos prestadores de serviços de saúde no Brasil, que se assemelha a um 'cheque em branco'. A chamada 'conta aberta', ou fee-for-service, que absorve todos os custos, inclusive desperdícios e falhas assistenciais, como reinternações, por exemplo. Todos os insumos são adicionados à conta hospitalar e, dessa forma, os prestadores buscam o máximo consumo possível com o objetivo de obter a máxima remuneração. Um desincentivo total à eficiência.

Por este motivo, sempre reforçamos a importância da parceria de nossos beneficiários com a utilização consciente do Plano, com conferência do seu extrato de utilização disponível no Portal do Eletros-Saúde, a fim de aferir que o que está sendo cobrado, de fato, refere-se aos procedimentos realizados. Lembre-se que você também é responsável pelo equilíbrio financeiro do seu plano de saúde.

Em função da elevada sinistralidade apurada em 2016 e a fim de evitar aumentos de mensalidades muito acima da inflação, no fim do ano foi aprovado pela Diretoria Executiva da ELETROS e pelo Conselho Deliberativo da ELETROS o descredenciamento do Hospital Pró-Cardíaco, para os planos de pré-pagamento. O Hospital Pró-Cardíaco foi a unidade com maior custo da rede do Eletros-Saúde, mesmo com uma baixa utilização – apenas nove usuários utilizaram o hospital em 2016, sendo que dois eventos impactaram significativamente o resultado financeiro do ano no plano para Assistidos. A redução de redes hospitalares de alto custo tem sido uma tendência entre as autogestões, a fim de mitigar o risco assistencial, na tentativa de preservar futuros reajustes de mensalidades menos onerosos aos usuários.

Outra medida importante aprovada no fim de 2016 foi o lançamento de um plano básico para os

aposentados, o Eletros-Saúde Assistidos Essencial – cuja cobertura atende ao rol mínimo exigido pela ANS, com uma rede hospitalar de qualidade, porém sem a participação de redes de alto custo, cujo diferencial está mais relacionado à hotelaria do que ao atendimento hospitalar, em si.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas outras ações a fim de otimizar recursos, garantir uma melhor gestão e ampliar o atendimento de nossos usuários. Exemplos são as parcerias firmadas com a Gama Saúde, que passou a ser responsável pelo convênio de reciprocidade do Eletros-Saúde e também a parceria com a ePharma, para atendimento do convênio farmácia. O novo convênio, que entrou em vigor em 21 de março de 2016, permite que o usuário tenha acesso a quase **duas mil farmácias em todo o território nacional**. O objetivo de ambas as parcerias é melhorar a qualidade de atendimento e garantir mais benefícios e comodidades aos usuários dos Planos Eletros-Saúde.

Outros projetos também ganharam destaque no decorrer do ano. O maior exemplo que podemos citar é o novo Portal do Eletros-Saúde, que agora traz uma gama de novidades pensadas estrategicamente para facilitar a navegação dos usuários. Por exemplo, o conteúdo está exposto de forma mais intuitiva e segmentado por públicos de interesse. Além disso, as características detalhadas de cada plano estão disponíveis de forma mais acessível. Anteriormente, essas informações estavam disponíveis apenas nos respectivos regulamentos.

A maior novidade é a Área do Beneficiário – um espaço onde os nossos beneficiários poderão realizar uma série de autosserviços, otimizando alguns processos e até evitando o deslocamento até a nossa Central de Atendimento. O reembolso online é o principal serviço disponibilizado e contou com uma grande adesão e objeto de enorme satisfação de nosso público.

Por falar em satisfação, no final de 2016 foi realizada uma pesquisa, cujo objetivo era identificar a percepção de nossos usuários com relação aos serviços prestados e investir esforços nos pontos de melhoria identificados. E o resultado da pesquisa não poderia ser melhor! Considerando uma escala de 1 (muito insatisfeito a 5, muito satisfeito), apenas 4% dos usuários entrevistados apontou um grau de insatisfação em sua avaliação geral do Eletros-Saúde. O que significa que 96% dos beneficiários está satisfeito com os serviços oferecidos, o que é motivo de muito orgulho para nós.

O resultado positivo também foi aferido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Por mais um ano, o Eletros-Saúde ficou classificado na faixa máxima de desempenho das operadoras, de acordo com o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS).

O Eletros-Saúde obteve a nota **0,8901** numa escala que vai de 0,0 a 1,0 ponto e ficou classificado entre os melhores planos do Brasil, a frente das principais referências de mercado, como Bradesco Saúde, Sulamérica, Amil e CASSI. O Eletros-Saúde também foi reconhecido como sendo o melhor entre os planos do setor elétrico, superando planos como Cemig Saúde, Elosaúde, Fachesf, Funcesp, E-vida, entre outros.

Este resultado, somado ao índice obtido no Monitoramento Assistencial das Operadoras – outra avaliação da ANS, onde o nosso plano mantém o “status verde”, demonstra que nossos esforços em busca da excelência na prestação dos serviços e da satisfação dos usuários têm nos direcionado ao caminho certo!

Ser reconhecido pelo órgão regulador como uma operadora de ponta e, principalmente, por você, usuário, muito nos orgulha, principalmente se observarmos as características e limitações do mercado de autogestão, em especial às operadoras de pequeno porte, como o Eletros-Saúde.

Seguiremos buscando, em 2017, soluções gerenciais e técnicas para aprimoramento do plano, com a certeza de que nossos usuários desfrutaram de atendimento assistencial de excelente qualidade.

Agradecemos pela sua confiança!

Rogério Braz

Superintendente do Eletros-Saúde



ELETROS-SAÚDE EM NÚMEROS

1. NÚMERO DE USUÁRIOS EM 2016

	1.1 Eletrobras	3.216
	1.2 Cepel	1.444
	1.3 Fundação	274
	1.4 Vinculados/Família	823
	1.5 Assistidos	1.794

	TOTAL DE VIDAS	7.551
------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	--------------

ELETROBRAS E CEPEL ELETROBRAS

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	281	292	573
19 a 23 anos	90	77	167
24 a 28 anos	29	31	60
29 a 33 anos	71	46	117
34 a 38 anos	178	175	353
39 a 43 anos	143	125	268
44 a 48 anos	118	98	216
49 a 53 anos	148	120	268
54 a 58 anos	184	165	349
59 a 110 anos	428	417	845
TOTAL	1.670	1.546	3.216

CEPEL

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	122	113	235
19 a 23 anos	43	47	90
24 a 28 anos	26	33	59
29 a 33 anos	33	23	56
34 a 38 anos	31	34	65
39 a 43 anos	47	29	76
44 a 48 anos	55	41	96
49 a 53 anos	91	61	152
54 a 58 anos	96	95	191
59 a 110 anos	205	219	424
TOTAL	749	695	1.444

FUNDAÇÃO E VINCULADOS/FAMÍLIA FUNDAÇÃO

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	31	33	64
19 a 23 anos	11	9	20
24 a 28 anos	5	5	10
29 a 33 anos	10	11	21
34 a 38 anos	18	14	32
39 a 43 anos	18	13	31
44 a 48 anos	14	10	24
49 a 53 anos	15	16	31
54 a 58 anos	20	12	32
59 a 110 anos	1	8	9
TOTAL	143	131	274

FAMÍLIA

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	66	56	122
19 a 23 anos	8	6	14
24 a 28 anos	81	73	154
29 a 33 anos	65	69	134
34 a 38 anos	83	75	158
39 a 43 anos	69	48	117
44 a 48 anos	35	36	71
49 a 53 anos	21	10	31
54 a 58 anos	3	1	4
59 a 110 anos	14	4	18
TOTAL	445	378	823

ASSISTIDOS E REDE CREDENCIADA ASSISTIDOS

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	13	19	32
19 a 23 anos	13	21	34
24 a 28 anos	8	13	21
29 a 33 anos	1	1	2
34 a 38 anos	4	2	6
39 a 43 anos	4	3	7
44 a 48 anos	7	3	10
49 a 53 anos	22	2	24
54 a 58 anos	48	18	66
59 a 110 anos	877	715	1.592
TOTAL	997	797	1.794

2. INDICADORES DE UTILIZAÇÃO - CONSULTAS, EXAMES, INTERNAÇÕES CONSULTAS POR BENEFICIÁRIO



Média de **5,92** consultas por usuário em 2016

EXAMES POR BENEFICIÁRIO



Média de **37,83** exames por usuário em 2016

*Exames como hemogramas, por exemplo, consideram cada item a ser medido como um exame por usuário em 2016.

INTERNAÇÃO



ASSISTIDOS: **16,19%** de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2016 e foram responsáveis por **70,61%** do custo assistencial do plano no período.






VINCULADOS/FAMÍLIA: **6,72%** de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2016 e foram responsáveis por **66,24%** do custo assistencial do plano no período.



FUNDAÇÃO: **4,84%** de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2016 e foram responsáveis por **31,6%** do custo assistencial do plano no período.



	DESPESAS ASSISTENCIAIS	TAXAS DE UTILIZAÇÃO	SINISTRALIDADE APURADA
 Assistidos	R\$ 27.332.133	90,66%	92%
 Vinculados/ Família	R\$ 3.206.931	87,37%	52%
 Fundação	R\$ 1.212.003	91,29%	60%

3. NÚMERO DE ATENDIMENTOS

 atendimentos Telefônicos	19.047
 atendimentos Presenciais	13.308
 atendimentos por e-mail	371
 atendimentos por correio	7.552
TOTAL DE ATENDIMENTOS	40.278

4. QUALIDADE - MONITORAMENTO ASSISTENCIAL À SAÚDE (ANS)

O Eletros-Saúde permanece muito bem avaliado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), nos acompanhamentos realizados pela agência no período, tendo mantido o selo verde de certificação, o que mantém o Eletros-Saúde entre as melhores operadoras do País. O Eletros-Saúde obteve a nota **0,8901** numa escala que vai de 0,0 a 1,0 ponto.

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS - Gestão Assistencial

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

- ELETROS (“Entidade” ou “Eletros-Saúde”) em 31 de dezembro de 2016, conduzindo nossos trabalhos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis em 7 de abril de 2017, sem ressalvas.

Em nosso exame, selecionamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da entidade e do seu ambiente, o que inclui o controle interno da Entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51). Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Entidade.

A administração do Eletros-Saúde é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No

cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

A definição de “Controle interno”, no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Uma deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

Como resultado dos nossos procedimentos, foram identificadas deficiências de controle interno descritas na parte A e B deste relatório. As recomendamos e observações apresentadas têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis do Eletros-Saúde, e foram previamente discutidas com a administração.

Este relatório está dividido em duas partes como segue:

Parte A - Novas recomendações; e

Parte B - Recomendações originárias de auditorias/ revisões passadas, ainda não solucionadas.

Cada parte está dividida nas seguintes seções:

- I. Recomendações para atenção do Conselho Fiscal*
- II. Outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis (deficiências não significativas); e*
- III. Descumprimento de normas internas ou regulamentares*

As deficiências de controles internos reportadas neste relatório estão acompanhadas dos comentários da administração como resposta às nossas observações sobre procedimentos contábeis e de controles internos, tais comentários não foram sujeitos a procedimentos

adicionais de auditoria e, conseqüentemente, não expressamos opinião ou qualquer outra forma de assegu-
ração sobre tais comentários.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração e para atendimento aos requisitos das normas existentes emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e não foi preparado para ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da organização.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel Contador
CRC RJ-087339/O-4

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015*Em milhares de reais*

ATIVO	NOTA	2016	2015
Ativo Circulante		19.961	19.587
Disponível	4	<u>111</u>	<u>185</u>
Numerários em Trânsito		-	52
Banco Conta Depósitos		111	133
Realizável		<u>19.851</u>	<u>19.402</u>
Aplicações Financeiras	5	<u>17.044</u>	<u>16.010</u>
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1	5.919	5.215
Aplicações Não Vinculadas	5.2	11.125	10.795
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	<u>1.320</u>	<u>1.500</u>
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.292	1.348
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		28	152
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	7	436	572
Bens e Títulos a Receber	8	1.051	1.320
Ativo Não Circulante		<u>3.840</u>	<u>2.653</u>
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	3.840	2.653
Total do Ativo		23.802	22.240

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015*Em milhares de reais*

PASSIVO	NOTA	2016	2015
Passivo Circulante		13.986	13.426
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	<u>4.859</u>	<u>4.685</u>
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		-	64
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.604	1.721
Provisões de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		3.255	2.900
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	11	<u>3.202</u>	<u>3.144</u>
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		3.202	3.144
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	12	730	1.525
Provisões		<u>4.203</u>	<u>3.332</u>
Provisões para Ações Judiciais	15	4.203	3.332
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	407	231
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	544	471
Débitos Diversos		40	38
Passivo Não Circulante		3.031	3.331
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	3.031	3.331
Patrimônio Social	17	<u>6.785</u>	<u>5.483</u>
Patrimônio Social		1.849	1.849
Superávit Acumulado		4.936	3.634
Total do Passivo		23.802	22.240

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	2016	2015
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	<u>75.663</u>	<u>64.942</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	76.004	65.105
Contraprestações Líquidas	76.004	65.105
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(341)	(163)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	<u>(70.349)</u>	<u>(53.989)</u>
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(69.995)	(53.647)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(66.511)	(50.456)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.484)	(3.191)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	<u>(354)</u>	<u>(342)</u>
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>5.314</u>	<u>10.953</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	4.339	5.257
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	812	488
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	556	245
Outras Receitas Operacionais	256	243
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(637)	(31)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(1)	(6)
Provisão para Perdas Sobre Crédito	(636)	(25)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde		
Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	<u>(86)</u>	<u>(1.863)</u>
Resultado Bruto	<u>9.742</u>	<u>14.804</u>
Despesas Administrativas	(10.276)	(8.893)
Resultado Financeiro	<u>1.836</u>	<u>1.173</u>
Receitas Financeiras	2.312	1.779
Despesas Financeiras	<u>(476)</u>	<u>(606)</u>
Superávit do Exercício	<u>1.302</u>	<u>7.084</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	2016	2015
Superávit de Exercício	1.302	7.084
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.302	7.084

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS DE SUPERÁVIT	SUPERÁVIT/ DÉFICIT ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.849	-	(3.450)	(1.601)
Superávit do Exercício	-	-	7.084	7.084
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.849	-	3.634	5.483
Superávit do Exercício	-	-	1.302	1.302
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.849	-	4.936	6.785

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	79.711	67.194
Resgate de Aplicações Financeiras	74.684	57.847
Outros Recebimentos Operacionais	16.064	14.339
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(78.666)	(57.192)
Pagamento de Pessoal	(5.667)	(4.753)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(1.257)	(1.025)
Pagamento de Tributos	(4.305)	(3.413)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(98)	(84)
Pagamento de Aluguel	(392)	(1.113)
Aplicações Financeiras	(73.753)	(65.597)
Outros Pagamentos Operacionais	(5.645)	(5.769)
Caixa líquido gerado das nas atividades operacionais	676	434
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(180)	(223)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(518)	(414)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(698)	(637)
Varição Líquida do Caixa	(22)	(203)
Saldo Inicial - caixa no Início do Exercício	133	336
Saldo Final - caixa no Final do Exercício	111	133
Ativos Livres no Início do Exercício	10.980	2.001
Ativos Livres no Final do Exercício	11.235	10.980
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras	255	8.979
Recursos Livres	255	8.979

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

9

Administração



Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

Composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 31.12.2016

DIRETORIA EXECUTIVA - DEE

MEMBROS	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23.09.2016/22.09.2019
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23.09.2016/22.09.2019
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06.01.2014/05.01.2017(*)

(*) O Diretor Financeiro Luiz Guilherme de França Nobre Pinto iniciou seu novo mandato a partir 06.01.2017, com prazo de término em 05.01.2020.

Os membros da Diretoria Executiva estão cumprindo seus segundos mandatos.

CONSELHO DELIBERATIVO – CDE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO DOS MEMBROS (EFETIVOS)	PERÍODO DE GESTÃO DOS SUPLENTES	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Roberta Carvalho Muniz Zylberberg	André Luiz Amaral dos Santos	22.01.2016/30.06.2019	22.01.2016/30.06.2019	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	Paulo Sergio Petis Fernandes	01.07.2015/30.06.2019	01.07.2015/30.06.2019	Eleitos-Assistidos
Sergio Bondarovsky	Paulo Renato Portugal Gomes	19.11.2012/18.11.2016(*)	19.11.2012/18.11.2016(*)	Eleitos-Ativos/Assistidos
Rosane Barboza da Silva	Paulo Tadeu Paes Alves	05.09.2014/18.11.2016(*)	06.03.2015/18.11.2016(*)	Indicação CEPEL
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2015/30.06.2019	01.07.2015/30.06.2019	Eleitos -Ativos
Alice Valderez de Andrade Salomão	José dos Santos Maia	11.04.2014/18.11.2016(*)	08.11.2013/18.11.2016(*)	Indicação ONS

(*) Conforme art. 26 § 11 do Estatuto, embora findos os mandatos no dia 18.11.2016, os referidos Conselheiros permaneceram no cargo até a posse (habilitação) de seus substitutos.

O período de gestão dos novos Conselheiros eleitos ou indicados em outubro e novembro/2016 começou a vigorar a partir da aprovação da habilitação dos mesmos junto à PREVIC em fevereiro/2017, de acordo com a legislação pertinente e vigente à época.

CONSELHO FISCAL – CFE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Eleilson Santos Costa - Presidente desde 28.08.2015(*)	-	19.11.2012/18.11.2016(**)	Eleito - Assistidos
Paula Prado Rodrigues Couto	Pedro Paulo da Cunha	01.07.2015/30.06.2019	Indicação Eletrobras
José Carlos Nunes Bianco	Carlos Eduardo Brasil Pereira	01.07.2015/30.06.2019	Eleitos - Ativos
Marcio Kennedy de Almeida	Fernanda Baptista de Oliveira	19.11.2012/18.11.2016(**)	Indicação ONS

(*) Considerando a renúncia de Paulo Roberto dos Santos Silveira em 28.08.2015.

(**) Conforme art. 26 § 11 do Estatuto, embora findos os mandatos no dia 18.11.2016, os referidos Conselheiros permaneceram no cargo até a posse (habilitação) de seus substitutos.

O período de gestão dos novos Conselheiros eleitos ou indicados em outubro e novembro/2016 começou a vigorar a partir da aprovação da habilitação dos mesmos junto à PREVIC, em fevereiro de 2017, em sua maioria, de acordo com a legislação pertinente e vigente à época.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2016, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CDE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES/APROVAÇÕES:

- aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2016 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios em 31/12/2015/ Planos de Custeio com vigência a partir de maio/2016, amparados nos respectivos pareceres atuariais;
 - acompanhamento do assunto Dívidas das Patrocinadoras e Equacionamentos dos Déficits do Plano BD Eletrobrás;
 - acompanhamento dos estudos de sustentabilidade (mitigação de riscos) do Plano BD Eletrobrás até o encaminhamento da proposta às patrocinadoras, incluindo uma proposta de migração para o Plano CD Eletrobrás;
 - aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD Eletrobrás/Cepel / ELETROS, CD Eletrobrás, CV ONS, CD CERON e CV EPE, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação do novo Organograma/2016;
 - acompanhamento do relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
 - acompanhamento referente ao projeto de segregação do Plano Eletros-Saúde da ELETROS;

- acompanhamento da situação do Edifício Mário Bhering;
- aprovação da venda de NTN-B 2050 para os Planos CDs e CV EPE, no caso desses títulos atingirem a taxa de 6% ao ano ou taxa inferior, com base nos estudos técnicos fundamentadores. Como não era possível a venda da totalidade de uma vez, a cada venda de 20 (vinte) mil títulos, a Diretoria posicionou o Conselho por *e-mail*, com a atualização das premissas;
 - aprovação da revisão de regras dos Regulamentos do Plano Eletros-Saúde, Capítulo X, Das Coberturas Assistenciais, Seção V - Reembolso, de modo a facilitar o procedimento junto aos usuários;
 - alteração da norma eleitoral decorrente de nova legislação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, referente à habilitação prévia e à certificação;
 - aprovação da revisão de regras do programa de remuneração variável, com a manutenção do estímulo à redução de despesas administrativas;
 - aprovação da revisão da Política de Alçadas (Quadro de Poderes e Competências);
 - aprovação da operação de seguro (*hedge*) para a posição de renda variável do plano BD, consubstanciada em estudos técnicos, de acordo com o item 4.4.5 da Norma de Riscos de Investimentos, quando atingido o índice de 58.00 pontos na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, com vencimento em fevereiro de 2017 e custo financeiro máximo limitado a 5,5% sobre o valor segurado;
 - aprovação da alteração do Regulamento do Plano ONS contemplando os ajustes advindos da análise técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
 - aprovação da nova Política de Empréstimos;
 - aprovação da proposta de alteração na alocação de investimentos com base nos estudos Asset Liability Management – ALM 2016 dos Planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás Saldado (BPDS) fundamentada em estudos técnicos e aprovação das compras de NTN-B, com alteração da aplicabilidade da decisão do CDE contida em reunião de 26/04/2016, que limitou a venda das NTN-B 2050 para os Planos CD e CV, quando atingida a taxa de 6% ao ano ou taxa inferior, a qual não valerá mais a partir da data desta reunião de 02/12/2016, apenas para o Plano CD – Saldado (BPDS), e que ainda permanece válida para os Planos CD (Puro) Eletrobrás, CD CERON, CV EPE e CV ONS;
 - aprovação da criação de um novo Produto Básico para os assistidos denominado “Essencial”;
 - nomeação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e Fiscal, em função do resultado das eleições e das novas indicações, devido aos termos dos mandatos anteriores, solicitando o envio dos processos à habilitação junto à PREVIC;
 - ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
 - aprovação do orçamento da ELETROS para 2017, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão;
 - acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
 - aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2017;
 - aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
 - aprovação da Política de Investimento para 2017 de cada Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa;
 - aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas do Plano de Benefícios BD Eletrobrás/ Cepel/ ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas dos Planos CDs e CV administrados pela ELETROS, consubstanciado pela Nota Técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros do Plano de Benefícios BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros dos Planos de Contribuição Definida e Variável administrados pela ELETROS, consubstanciada no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2017;
 - aprovação da Proposta de Equacionamento dos Déficits do Plano BD Eletrobrás.

CONSELHO FISCAL

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE, reproduzido a seguir:

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE no exercício de 2016:

- apreciou os balancetes mensais;
- apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais;
- apreciou os relatórios de conjuntura e risco dos investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS;
 - acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;
 - emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2016, Planos de Custeio de 2016, tomando por base os pareceres atuariais;
 - emitiu os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
 - acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
 - acompanhou o relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
 - acompanhou o relato de atendimento aos Ofícios da PREVIC;
 - emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS em virtude dos Testes de Aderência;
 - monitorou o assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
 - acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
 - acompanhou o reporte do assunto situação do Ed. Mário Bhering;
 - acompanhou o reporte do assunto projeto de segregação do Eletros-Saúde da ELETROS.

DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2016 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2016, destacamos:

- a continuidade das negociações referente ao equacionamento dos déficits técnicos do Plano BD Eletrobrás com atuação junto às patrocinadoras, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, auxílio às patrocinadoras junto à Secretaria de Governança e Controle das Empresas Estatais - SEST;
 - aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
 - atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
 - condução do processo de locação do Ed. Mário Bhering à patrocinadora-instituidora Eletrobras;
 - atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria - CGRA;
 - apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
 - aperfeiçoamento do processo administrativo para a contratação de serviços;
 - estímulo às ações de redução de despesas administrativas;
 - acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR, até a implantação da solução integrada

de sistemas;

- acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, bem como no atendimento aos usuários do Plano Eletros-Saúde;
- aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- supervisão do atendimento aos Ofícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações;
- supervisão do atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- supervisão de estudo para análise de alternativas para sustentabilidade do Plano BD, bem como para o projeto de migração para o Plano CD Eletrobras;
- aprovação de normas e atualização de normas decorrentes da revisão das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE;

Levantamento realizado por Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 05.06.2017.

10 Contatos



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COMPARTICIPANTE ELETROS

Telefone (21) 2138-6000 – opção 2

E-mail atendimento@eletros.com.br

Endereço Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 9h às 16h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletros.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone (21) 2138-6000 – opção 1

E-mail atendimento@eletrossaude.com.br

Endereço Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 8h às 17h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletrossaude.com.br



EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria:
Assessoria de Comunicação

Projeto gráfico e editorial:
Infobase Interativa
www.iinterativa.com.br

www.eletros.com.br